



Fundação de Seguridade Social

PPF - Plano de Pecúlio Facultativo
RELATÓRIO ANUAL DE INFORMAÇÕES
2011



PLANO DE PECÚLIO FACULTATIVO – PPF

RELATÓRIO ANUAL DE INFORMAÇÕES

2011

Prezado Participante,

A Diretoria Executiva da GEAP apresenta aos participantes do Plano de Pecúlio Facultativo - PPF, CNPB 1990.0011-65, o Relatório Anual de Informações - RAI, referente a 2011, com informações que seguem os procedimentos estabelecidos em legislação e normas de previdência complementar, em especial à Resolução nº 23, de 06 de dezembro de 2006, do CGPC – Conselho de Gestão da Previdência Complementar.

Neste relatório divulgamos demonstrativos dos investimentos, despesas, patrimônio, resultados, pareceres e o resumo da política de investimentos, entre outros dados. Registramos que, em 2011, não ocorreram alterações no Estatuto da GEAP ou no Regulamento do Plano de Pecúlio Facultativo - PPF.

Informações complementares tais como demonstrações contábeis consolidadas, pareceres exigidos pela legislação, relatórios e demonstrativos atuariais e o estatuto e regulamento, estão, também, disponibilizados para consulta eletrônica neste sítio da GEAP.

Brasília, 25 de abril de 2012.

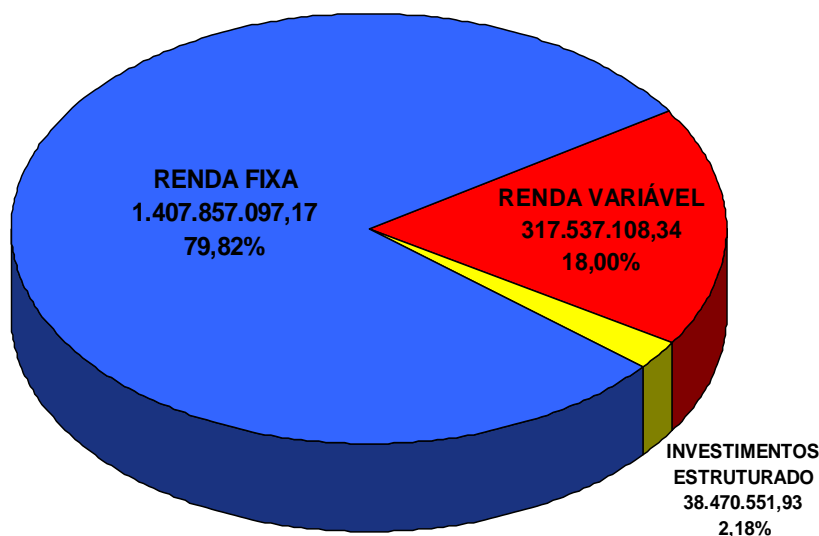
Carlos Célio de Andrade Santos

Diretor Executivo da GEAP-FSS

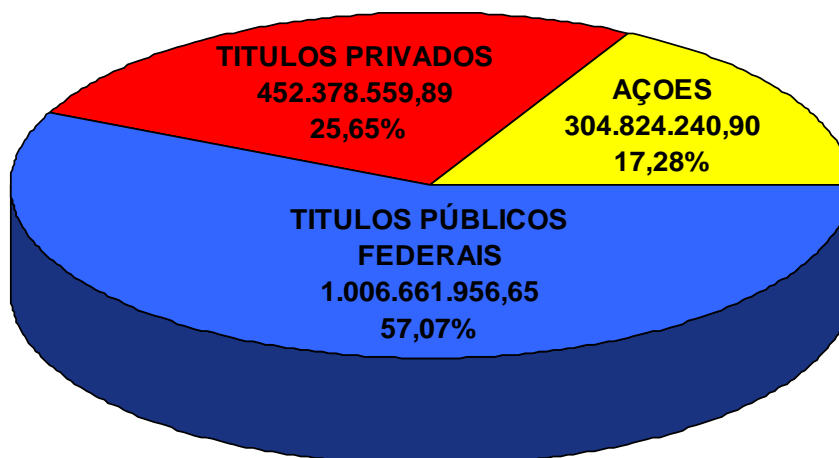
RESUMO DAS INFORMAÇÕES SOBRE O DEMONSTRATIVO DE INVESTIMENTOS

Os recursos do Plano de Pecúlio Facultativo – PPF são administrados seguindo o que determina a legislação e as normas da previdência complementar, bem como pelos critérios estabelecidos na política de investimentos aprovada pelo Conselho Deliberativo da GEAP.

Em 31/12/11, o total das aplicações do PPF alcançou o valor de R\$ 1.763.864.757,44, sendo que este valor está dividido em três principais segmentos: Renda Fixa, Renda Variável e Investimentos Estruturados, conforme demonstrado no quadro a seguir:



Em uma visão macro da carteira de investimentos do Plano de Pecúlio Facultativo – PPF, pode ser visto que existem três veículos de investimentos conforme o quadro a seguir:



Na Política de Investimentos de 2011 ficou definido que o referencial de performance do Plano de Pecúlio Facultativo – PPF é a taxa mínima atuarial (índice de inflação + taxa de juros), no caso o INPC + 5% ao ano.

Em 2011 a rentabilidade consolidada do PPF foi de 10,66% enquanto a meta atuarial no período foi de 11,38%. No segmento de Renda Fixa a rentabilidade foi de 17,90% representando 154,31% do referencial de mercado CDI e 157,29% da meta atuarial (INPC + 5%aa) e a Renda Variável fechou em -13,21%, no entanto o IBOVESPA, índice de referência do mercado de ações, fechou 2011 com -18,11%, o segmento de Investimentos Estruturados atingiu a rentabilidade em 2011 de 11,12%, representado 95,86% do referencial de mercado, o CDI, que foi de 11,60%, conforme ilustrado no quadro a seguir.

ESPECIFICAÇÃO DO SEGMENTO APLICAÇÃO	R\$	% TOTAL	RENTABILIDADE	
			Dezembro	2011
RENDA FIXA	1.407.857.097,23	79,82	6,66	17,90
CARTEIRA PRÓPRIA	710.587.164,09	40,29	12,42	28,94
Títulos públicos	432.386.815,75	24,51	20,26	36,96
Títulos privados	278.200.348,34	15,77	3,41	18,18
FUNDOS DE INVESTIMENTOS	697.269.933,14	39,53	1,36	8,03
Fundos Renda Fixa	436.484.761,16	24,75	0,85	11,51
Fundo Crédito	207.903.431,50	11,79	1,44	16,50
FIDCs	5.318.553,12	0,30	42,36	(53,40)
Fundos multimercados	47.563.187,36	2,70	1,04	11,11
RENDA VARIÁVEL	317.537.108,34	18,00	0,97	(13,21)
Fundos Ibovespa	241.725.566,82	13,70	1,36	(11,13)
Fundo IGC	75.811.541,52	4,30	(0,28)	(19,16)
INVESTIMENTOS ESTRUTURADOS	38.470.551,93	2,18	(0,09)	11,12
Multimercado	37.448.860,09	2,12	0,23	11,55
Fundo de investimentos em participações	1.021.691,84	0,06	(12,40)	(12,60)
Caixa + contas a pagar / receber				
Total dos Investimentos	1.763.864.757,50	100,00	5,43	10,66
Referenciais	Exigível Atuarial		0,92	11,38
	CDI		0,90	11,60
	Ibovespa		-0,21	-18,11

Segmento	Rentabilidade do PPF	Referencial	
RENDA FIXA	17,90%	CDI	11,60%
RENDA VARIÁVEL	-13,21%	IBOVESPA	-18,11%
INVESTIMENTO ESTRUTURADO	11,12%	CDI	11,60%
CONSOLIDADA	10,66%	Meta Atuarial	11,38%

A maior parte dos recursos garantidores do PPF está aplicada no segmento de Renda Fixa, que representa 79,98% dos investimentos. No Segmento Renda Variável a alocação perfaz 18,04 % e no segmento de Investimentos Estruturados o PPF aplica 2,19%. As aplicações financeiras são efetuadas através da aquisição de títulos e de quotas de fundos de investimentos, conforme ilustrado no quadro a seguir.

SEGMENTO/Especificação	31 de dezembro de 2010		31 de dezembro de 2011	
	R\$	% RG	R\$	% RG
RENDA FIXA	1.262.034.254,16	77,93%	1.407.857.097,17	79,98%
Fundo de Investimento	557.155.384,93	34,40%	697.269.933,14	39,61%
Carteira Própria	704.878.869,23	43,52%	710.587.164,03	40,37%
RENDA VARIÁVEL	326.240.549,68	20,14%	317.537.108,34	18,04%
Fundo de Ações	326.240.549,68	20,14%	317.537.108,34	18,04%
INV. ESTRUTURADO	34.799.020,04	2,15%	38.470.551,93	2,19%
Fundo Multimercado	34.799.020,04	2,15%	37.448.860,09	2,13%
Fundo FIP			1.021.691,84	0,06%
IMÓVEIS	101.680,00	0,01%		
Imóvel (ES)	101.680,00	0,01%		
TOTAL DOS INVESTIMENTOS	1.623.175.503,88	100,23%	1.763.864.757,44	100,21%
Disponibilidade	(4.775,91)	0,00%		
Exigível Contingencial	(3.655.134,83)	-0,23%	(33.332.374,71)	-1,89%
Depósitos	5.146,84	0,00%	21.276,70	0,00%
Depósitos Judiciais			29.677.239,88	1,69%
TOTAL DOS RECURSOS GARANTIDORES (RG)	1.619.520.739,98	100,00%	1.760.230.899,31	100,00%

Os títulos que representam as aplicações da GEAP são custodiados no Banco Bradesco, instituição financeira responsável pela custódia e administração, que tem também como atribuição centralizar o controle do patrimônio da Fundação.

Os investimentos do PPF em 31 de dezembro de 2011 estão distribuídos da seguinte forma:

SEGMENTO / APLICAÇÃO	R\$	R\$	%RG
RENDA FIXA		1.407.857.097,17	79,98%
CARTEIRA PRÓPRIA		710.587.164,03	40,37%
NTN-B	344.419.782,21		19,57%
NTN-C	87.967.033,54		5,00%
DPGE	173.456.563,50		9,85%
CCB	77.560.038,65		4,41%
DEBENTURES	27.183.746,13		1,54%
FUNDOS (RENDA FIXA)		697.269.933,14	39,61%
Renda Fixa	436.484.761,16		24,80%
Fundos de Crédito	207.903.431,50		11,81%
Multimercado	47.563.187,36		2,70%
Direitos Creditórios	5.318.553,12		0,30%
RENDA VARIÁVEL		317.537.108,34	18,04%
FUNDOS (AÇÕES)	317.537.108,34		18,04%
INVESTIMENTOS ESTRUTURADOS		38.470.551,93	2,19%
FUNDOS (MULTIMERCADOS)	37.448.860,09		2,13%
FUNDOS FIP	1.021.691,84		0,06%
IMÓVEIS		-	0,00%
IMÓVEL			
TOTAL DOS INVESTIMENTOS ⁽¹⁾		1.763.864.757,44	100,21%
TOTAL DOS RECURSOS GARANTIDORES (RG)		1.760.230.899,31	

Obs.: ⁽¹⁾ O total de investimento não conta com os dados de Depósitos, Depósitos Judiciais e Exigível Contingencial.

Do total dos investimentos 40,37% estão aplicados em títulos que compõem a carteira própria do segmento de Renda Fixa. A aplicação direta de recursos do PPF em títulos públicos federais e títulos privados que compõem a carteira própria está assim composta:

GESTÃO PRÓPRIA	31/12/2010		31/12/2011	
	R\$	% RG	R\$	% RG
TÍTULOS PÚBLICOS	485.011.805,95	29,95%	432.386.815,75	24,56%
TÍTULOS PRIVADOS	219.867.063,28	13,58%	278.200.348,28	15,80%
TOTAL DA CARTEIRA PRÓPRIA DE RENDA FIXA	704.878.869,23	43,52%	710.587.164,03	40,37%
TOTAL DOS RECURSOS GARANTIDORES (RG)	1.619.520.739,98		1.760.230.899,31	

A Resolução CGPC nº 04 de 30 de janeiro de 2002 estabelece critérios para registro e avaliação contábil de títulos e valores mobiliários. Observando as disposições da referida norma, parte dos títulos do PPF estavam classificados na categoria “mantidos até o vencimento”. Comparando o valor contábil, em 31 de dezembro, com o “valor de mercado” destes títulos constatamos diferença significativamente positiva, conforme demonstrado a seguir:

ESPECIFICAÇÃO DO TÍTULO		VR.MERCADO	VR.NA CURVA	DIFERENÇA
TÍTULOS PÚBLICOS				
NTN - B	Notas do Tesouro Nacional (IPCA)	311.815.749,07	263.682.255,74	48.133.493,33
NTN - C	Notas do Tesouro Nacional (IGP-M)	87.967.033,54	66.757.469,80	21.209.563,74
TOTAL		399.782.782,61	330.439.725,55	69.343.057,06
TÍTULOS PRIVADOS				
DPGE	Depósito à Prazo com Garantia Especial	90.566.864,81	88.354.314,05	2.212.550,76
CCB	Cédula de Crédito Bancário	174.921.386,28	173.104.994,56	1.816.391,72
CCI	Cédula de Crédito Imobiliário	19.478.769,28	19.122.301,64	356.467,64
TOTAL		284.967.020,37	280.581.610,25	4.385.410,12
TOTAL (Títulos Públicos + Títulos Privados)		684.749.802,98	611.021.335,79	73.728.467,19

Considerando que a legislação permite a reclassificação dos títulos e alinhado com as projeções do cenário econômico para os próximos anos, que indica taxa de juros decrescente, a Diretoria Executiva decidiu que referido procedimento seria benéfico para o Plano de Pecúlio Facultativo, e por meio da Nota Técnica Nº 21/2011, de 12 de dezembro de 2011, os títulos que estavam na categoria “Títulos mantidos até o vencimento” foram reclassificados para a categoria de “Títulos para negociação”. Tal fato proporcionou ao Plano de Pecúlio Facultativo um crescimento em seu patrimônio líquido de R\$ 73.728.467,19 (setenta e três milhões, setecentos e vinte oito mil, quatrocentos e sessenta e sete reais e dezenove centavos), ou seja, 4,36% do patrimônio do plano.

Quanto aos fundos de investimentos (renda fixa, ações e multimercados) estes representam 59,84% do total dos valores investidos. Referidos fundos são administrados por instituições financeiras terceirizadas, conforme demonstrado a seguir:

NOME DE FUNDO	GESTOR	R\$	% RG
BB PRIME 18 DE FIREF	BB GESTÃO DE RECURSOS DTVM S.A	214.769.060,50	12,20%
MÁXIMA SAFIRA FIRF CREDITO PRIVADO	MÁXIMA ASSET MANAGEMENT S.A	110.310.006,66	6,27%
FLORENÇA INSTITUCIONAL GEAP FI RENDA FIXA	BNP PARIBAS ASSET MANAGEMENT	103.630.891,35	5,89%
PRIMAZIA FIRF CREDITO PRIVADO	VITÓRIA ASSET MANAGEMENT S.A	97.593.424,84	5,54%
ITAU GOVERNANÇA CORPORATIVA AÇÕES - FI GÊNNOVA	ITAU UNIBANCO S.A	75.811.541,52	4,31%
GERAÇÃO FUTURO FI AÇÕES GEAP	GERAÇÃO FUTURO - GESTÃO DE RECURSOS S.A	73.730.285,55	4,19%
MELLON ARX MODENA INSTITUCIONAL GEAP FIA	BNY MELLON ARX INVESTIMENTOS	70.504.501,58	4,01%
VIENA INSTITUCIONAL FIRF	VOTORANTIM ASSET MANAGEMENT DTVM LTDA.	66.005.352,03	3,75%
VENEZA INSTITUCIONAL GEAP FI AÇÕES	BNP PARIBAS ASSET MANAGEMENT BRASIL LTDA	63.798.296,08	3,62%
VALENÇA INSTITUCIONAL FIRF	HSBC GESTÃO DE RECURSOS LTDA	52.079.457,28	2,96%
PALERMO INSTITUCIONAL GEAP FIM	BANCO SAFRA BSI S.A	47.563.187,36	2,70%
VITÓRIA FI AÇÕES	ORBE INVEST. E PARTICIPAÇÕES LTDA.	33.692.483,61	1,91%
SDA ABSOLUTO 30 FIQ de FIM	SDA GESTÃO DE RECURSOS LTDA	20.040.148,63	1,14%
OREN DINÂMICO FIC FIM	OREN GESTÃO DE RECURSOS LTDA	17.408.711,46	0,99%
ECO MULT COMMODITIES FIDC FINANCEIROS AGROPECUARIOS	ECOAGRO - EMPRESA DE CONSULTORIA DE OPERAÇÕES DE AGRONEGÓCIOS LTDA	4.628.234,54	0,26%
P2 BRASIL INFRAESTRUTURA FIQ de FIP	P2 GESTÃO DE RECURSOS LTDA	1.021.691,84	0,06%
UNION NATIONAL FIDC	ROOT CAPITAL GESTÃO DE RECURSOS	690.318,58	0,04%
Total com Gestão Terceirizada		1.053.277.593,41	59,84%
TOTAL DOS RECURSOS GARANTIDORES (RG)		1.760.230.899,31	

Atualmente a GEAP possui fundos exclusivos com administração única do Bradesco, que é a instituição financeira responsável para executar os serviços de custódia da entidade, a controladoria e administração dos fundos exclusivos.

Apresentamos a seguir, de acordo com o parágrafo único do artigo 17 da Resolução CGPC nº 13, de 1º de outubro de 2004, os principais custos dos fundos de investimentos em 2011.

Especificação	R\$
Taxa de Administração/Gestão/Controladoria/Custódia	6.270.562,58
Auditoria/Selic/Cetip/ANBID/TX_BVSP/Honorários/Outros	1.488.833,51
Corretagens/Performance	857.695,17
Cartório/Emolumentos	17.459,92
Taxa CVM	231.347,06
	8.865.898,24

No quadro a seguir listamos as despesas administrativas.

Especificação	Valor
Pessoal e Encargos	6.017.627,93
Treinamentos/congressos e seminários	60.499,75
Viagens e estadias	155.661,63
Serviços de terceiros	1.954.721,26
Despesas gerais	1.968.740,71
Depreciações/Amortizações	29.043,13
Outras Despesas	0,03
	10.186.294,44

O PPF está enquadrado em relação aos limites estabelecidos na Política de Investimentos do Plano e limites de alocação dos recursos garantidores, estabelecidos na Resolução CMN 3.792, nos segmentos de renda fixa, renda variável e investimentos estruturados.

Com relação aos limites de diversificação fixados na Resolução 3.792 o plano está enquadrado nas alocações em debêntures, renda variável, instituição não financeira e fundos de investimentos. No FIDC há desenquadramento passivo em relação ao % do Patrimônio do Fundo do Eco Multi Commodities e em instituições financeiras em relação ao % de alocação no Banco Máxima.

A GEAP administra, também, o Plano GEAPrev que em 2011 aplicou seus recursos nos segmentos de Renda Fixa, Renda Variável e Investimentos Estruturados tendo obtido a rentabilidade de 9,95%.

POLÍTICA DE INVESTIMENTOS 2012 – PLANO DE PECÚLIO FACULTATIVO (Resumo – em atendimento a Resolução CGPC nº 23 de 06 de dezembro de 2006)

Administrador Estatutário Tecnicamente Qualificado - Responsável Junto a PREVIC			
Segmento	Nome	CPF	Cargo
Plano de Benefícios	Carlos Célio de Andrade Santos	317.207.141-34	Diretor Executivo

Objetivos da Gestão: O objetivo da GEAP é administrar os recursos do Plano PPF de forma eficiente e econômica, através da assunção dos níveis de riscos admitidos em prol da rentabilidade que atenda no mínimo a evolução de seu passivo previdencial. Para a consecução de seu objetivo, a GEAP utilizará filosofia de investimentos para cada segmento em que atua e que reflita máxima eficiência alocativa, de tal sorte que produza rentabilização com solidez e liquidez adequada para o cumprimento de suas obrigações, traduzidas pelo fluxo líquido previdenciário.

Taxa Mínima Atuarial / Índice de Referência

Período de Referência	Indexador	Taxa de Juros
01/2012 a 12/2012	INPC	5,00% aa

Cenário Macroeconômico

Indicador	Especificação	2011	2012	2013	2014	2015
Selic nominal	Taxa de juros básica	11,39%	10,72%	11,73%	11,48%	11,10%
Ibovespa	Bolsa de Valores	-13,97%	16,81%	17,88%	17,61%	17,21%
Multimercado	Fundos de Investimentos	12,53%	11,79%	12,90%	12,63%	12,21%
Inflação INPC	IBGE	6,35%	5,62%	5,01%	4,95%	4,90%

Cenário elaborado pela Geinv / Risk Office

Na tentativa de obter independência na construção de variáveis macroeconômicas, vitais para a definição da estratégia de investimentos, a GEAP contratou os serviços da Risk Office, empresa que presta serviços de consultoria especializada para o mercado financeiro e para fundos de pensão.

Índice de Referência / Meta

Segmento	Índice de Referência	Meta
Renda Fixa	CDI INPC + 5% ao ano, CDI	INPC + 5% ao ano
Gestão de Terceiros Gestão Própria		
Renda Variável	INPC + 5% ao ano, Ibovespa, IGC ou IBX Ibovespa, IGC ou IBX	INPC + 5% ao ano
Gestão de Terceiros Gestão Própria		
Investimentos Estruturados		INPC + 5% ao ano
Investimentos no Exterior		INPC + 5% ao ano
Imóveis		INPC + 5% ao ano
Operações com Participantes		INPC + 5% ao ano

Alocação de Recursos

Segmento	Mínimo	Máximo	Alvo
Renda Fixa	41,00%	100,00%	65,00%
Renda Variável	0,00%	28,00%	17,54%
Investimentos Estruturados	0,00%	15,00%	12,00%
Investimentos no Exterior	0,00%	1,00%	0,00%
Imóveis	0,00%	5,00%	0,00%
Operações com Participantes	0,00%	10,00%	7,00%

Controle de Risco

Risco de Mercado – Utiliza-se como indicador principal de risco de mercado a metodologia de Value at Risk – VaR com os tratamentos e ajustes inerentes ao desenvolvimento da modelagem matemática, os quais presumem-se minorar as fragilidades mercadológicas do conceito, traduzindo-se a preservação de capital em medida ex-ante de avaliação. São definidos os seguintes parâmetros para o cálculo do VaR: Modelo paramétrico, intervalo de confiança de 95%, horizonte de tempo de 21 dias úteis.

Risco de Crédito – Qualquer aplicação, no referido segmento, deverá ser avaliada de acordo com o que estabelece a normatização interna quanto aos processos de investimentos mobiliários da GEAP visando minimizar este tipo de risco. Seguindo referidos critérios o plano PPF poderá assumir risco de crédito tanto na carteira própria quanto na carteira terceirizada, tendo por base classificação efetuada por agência de risco.

Risco de Liquidez – Diante de um conceito maior, o risco de liquidez da GEAP é avaliado no momento do estudo de seu ALM, ou seja, a Fundação norteia a aplicação de seus recursos pela indicação, mas não somente, de necessidades de atendimento de seu fluxo de caixa previdenciário, o qual sinaliza a liquidez do *portfólio* para o pleno atendimento das obrigações.

Risco Legal – Este risco está relacionado, por exemplo, com o questionamento jurídico na execução dos contratos, os quais são submetidos à apreciação de seu departamento jurídico.

Risco Operacional – Caberá à área especificada em normativo verificar se os procedimentos realizados para a gestão dos investimentos tanto da carteira própria, quanto da carteira terceirizada, estão de acordo com os preceitos recomendáveis e atendem ao padrão necessário à segurança da GEAP, em especial no que se refere às operações efetivadas no mercado financeiro.

Risco Sistêmico – Pode ser definido como a probabilidade de ocorrer perdas acumuladas devido a um evento que dá início a uma série de prejuízos sucessivos ao longo de uma cadeia de instituições ou mercados, que compõem um sistema. Especificamente no caso da GEAP será efetuado o acompanhamento dos aspectos correlatos ao mercado financeiro e, em particular, da atuação do Banco Central do Brasil no que se refere às instituições financeiras.

Controle pela Divergência Não Planejada – DNP – O cálculo da Divergência Não Planejada - DNP definida pela diferença entre a rentabilidade verificada e a taxa mínima atuarial (INPC + 5% ao ano) é apurada de acordo com a legislação vigente e com os parâmetros estabelecidos pela Superintendência Nacional de Previdência Complementar – PREVIC.

BALANÇO PATRIMONIAL CONSOLIDADO DE 31 DE DEZEMBRO DE 2011 E 2010
(Em milhares de reais - R\$)

	<u>Notas</u>	<u>31/12/2011</u>	<u>31/12/2010</u> (Reclassificado)		<u>Notas</u>	<u>31/12/2011</u>	<u>31/12/2010</u> (Reclassificado)
<u>ATIVO</u>				<u>PASSIVO</u>			
<u>DISPONÍVEL</u>		<u>26</u>	<u>9</u>	<u>EXIGÍVEL OPERACIONAL</u>		<u>7.507</u>	<u>6.565</u>
				Gestão Previdencial	6.1	6.591	5.757
<u>REALIZÁVEL</u>		<u>1.822.958</u>	<u>1.677.246</u>	Gestão Administrativa	6.2	916	803
Gestão Previdencial	4.1	10.085	9.556	Investimentos		-	5
Gestão Administrativa	4.2	852	858				
Investimentos	4.3	<u>1.812.021</u>	<u>1.666.832</u>	<u>EXIGÍVEL CONTINGENCIAL</u>	7	<u>39.990</u>	<u>41.360</u>
Títulos Públicos		433.485	486.015	Gestão Previdencial		6.659	8.397
Créditos Privados e Depósitos		283.509	221.506	Investimentos		33.331	32.963
Ações		320.278	328.491				
Fundos de Investimentos		745.071	601.410	<u>PATRIMÔNIO SOCIAL</u>		<u>1.776.630</u>	<u>1.630.484</u>
Investimentos Imobiliários		-	102				
Depósitos Judiciais		29.678	29.308	Patrimônio de Cobertura do Plano		<u>1.714.100</u>	<u>1.571.554</u>
				Provisões Matemáticas	8.1	<u>1.320.972</u>	<u>1.244.443</u>
<u>PERMANENTE</u>	5	<u>1.143</u>	<u>1.154</u>	Benefícios a Conceder		1.320.972	1.244.443
Imobilizado		1.143	1.154	Equilíbrio Técnico	8.2	<u>393.128</u>	<u>327.111</u>
				Superávit Técnico Acumulado		393.128	327.111
				Fundos	8.3	<u>62.530</u>	<u>58.930</u>
				Fundos Previdenciais		59.166	55.971
				Fundos Administrativos		3.364	2.959
<u>GESTÃO ASSISTENCIAL</u>	10	<u>518.888</u>	<u>494.892</u>	<u>GESTÃO ASSISTENCIAL</u>	10	<u>518.888</u>	<u>494.892</u>
TOTAL DO ATIVO		<u><u>2.343.015</u></u>	<u><u>2.173.301</u></u>	TOTAL DO PASSIVO E DO PATRIMONIO SOCIAL		<u><u>2.343.015</u></u>	<u><u>2.173.301</u></u>

CARLOS CÉLIO DE ANDRADE SANTOS
Diretor Executivo
CPF: 317.207.141-34

MARCO ANTÔNIO MARTINS GARCIA
Diretor de Finanças
CPF: 289.278.851-04

ANTONIO DA PAZ CARNEIRO
Gerente de Contabilidade
CPF: 296.139.901-78
CRC: 10.279/DF

DEMONSTRAÇÃO DO ATIVO LÍQUIDO DO PLANO DE PECÚLIO FACULTATIVO
EM 31 DE DEZEMBRO DE 2011 E 2010

(Em milhares de reais - R\$)

EM 31 DE DEZEMBRO DE 2011 E 2010

Descrição	<u>31/12/11</u>	<u>31/12/10</u> (Reclassificado)	Variação %
1. Ativos	1.807.008	1.661.606	9
Disponível	22	5	340
Recebível	13.445	9.117	47
Investimento	<u>1.793.541</u>	<u>1.652.484</u>	9
Títulos Públicos	432.387	485.012	(11)
Créditos Privados e Depósitos	278.201	219.867	27
Ações	317.537	326.241	(3)
Fundos de Investimento	735.738	591.954	24
Investimentos Imobiliários	-	102	(100)
Depósitos Judiciais/Recurais	29.678	29.308	1
2. Obrigações	<u>46.581</u>	<u>47.118</u>	(1)
Operacional	6.591	5.758	14
Contingencial	39.990	41.360	(3)
3. Fundos não Previdenciais	<u>3.364</u>	<u>2.959</u>	14
Fundos Administrativos	3.364	2.959	14
5. Ativo Líquido (1-2-3)	<u>1.757.063</u>	<u>1.614.924</u>	9
Provisões Matemáticas	1.305.545	1.232.335	6
Superávit Técnico	393.128	327.111	20
Fundos Previdenciais	58.390	55.478	5

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

CARLOS CÉLIO DE ANDRADE SANTOS
Diretor Executivo
CPF: 317.207.141-34

MARCO ANTÔNIO MARTINS GARCIA
Diretor de Finanças
CPF: 289.278.851-04

ANTONIO DA PAZ CARNEIRO
Gerente de Contabilidade
CPF: 296.139.901-78
CRC: 10.279/DF

DEMONSTRAÇÃO DA MUTAÇÃO DO ATIVO LÍQUIDO DO PLANO DE PECÚLIO FACULTATIVO
EM 31 DE DEZEMBRO DE 2011 E 2010
(Em milhares de reais - R\$)

Descrição	<u>31/12/11</u>	<u>31/12/10</u> (Reclassificado)	<u>Variação %</u>
A) Ativo Líquido - início do exercício	1.614.924	1.479.500	9
1. Adições	<u>266.035</u>	<u>231.095</u>	15
Contribuições	71.958	68.047	6
Resultado Positivo dos investimentos - Gestão Previdencial	194.077	163.048	19
2. Destinações	<u>(123.897)</u>	<u>(95.671)</u>	30
Benefícios	(89.743)	(82.782)	8
Resultado Negativo dos investimentos - Gestão Previdencial	(30.103)	(6.133)	391
Constituição de Contingências - Gestão Previdencial	(456)	(3.361)	(86)
Custeio Administrativo	(3.595)	(3.395)	6
3. Acréscimo no Ativo Líquido (1+2)	<u>142.138</u>	<u>135.424</u>	5
Provisões Matemáticas	73.209	93.118	(21)
Fundos Previdenciais	2.912	55.478	(95)
Superávit (Déficit) Técnico do Exercício	66.017	(13.172)	(601)
B) Ativo Líquido - final do exercício - final do exercício (A+3)	<u>1.757.062</u>	<u>1.614.924</u>	9
C) Fundos não previdenciais	<u>3.364</u>	<u>2.959</u>	14
Fundos Administrativos	3.364	2.959	14

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

CARLOS CÉLIO DE ANDRADE SANTOS
Diretor Executivo
CPF: 317.207.141-34

MARCO ANTÔNIO MARTINS GARCIA
Diretor de Finanças
CPF: 289.278.851-04

ANTONIO DA PAZ CARNEIRO
Gerente de Contabilidade
CPF: 296.139.901-78
CRC: 10.279/DF

DEMONSTRAÇÃO DO PLANO DE GESTÃO ADMINISTRATIVA CONSOLIDADA
EM 31 DE DEZEMBRO DE 2011 E 2010
 (Em milhares de reais - R\$)

Descrição	31/12/2011	31/12/2010 (Reclassificado)	Variação %
À) Fundo Administrativo do Exercício Anterior	2.959	1.921	54
1. Custeio da Gestão Administrativa	<u>170.703</u>	<u>153.034</u>	12
1.1 Receitas	<u>170.703</u>	<u>153.034</u>	12
Custeio Administrativo da Gestão Previdencial	3.784	3.567	6
Custeio Administrativo dos Investimentos	6.776	6.993	(3)
Receitas Diretas	-	2	(100)
Resultado Positivo dos Investimentos	220	141	56
Reembolso da Gestão Assistencial	159.923	142.331	12
2. Despesas Administrativas	<u>170.298</u>	<u>151.996</u>	12
2.1 Administração Previdencial	<u>9.211</u>	<u>8.440</u>	9
Pessoal e encargos	5.171	4.366	18
Treinamentos/congressos e seminários	61	36	69
Viagens e estadias	159	109	46
Serviços de terceiros	1.833	2.075	(12)
Despesas gerais	1.957	1.826	7
Depreciações e amortizações	30	28	7
2.2 Administração dos Investimentos	<u>1.164</u>	<u>1.225</u>	(5)
Pessoal e encargos	957	846	13
Treinamentos/congressos e seminários	1	-	
Serviços de terceiros	158	252	(37)
Despesas gerais	48	127	(62)
2.3 Administração Assistencial	159.923	142.331	12
4. Sobra da Gestão Administrativa (1-2)	<u>405</u>	1.038	(61)
5. Constituição do Fundo Administrativo (4)	<u>405</u>	1.038	(61)
B) Fundo Administrativo do Exercício Atual (A+5)	<u>3.364</u>	2.959	14

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

CARLOS CÉLIO DE ANDRADE SANTOS
 Diretor Executivo
 CPF: 317.207.141-34

MARCO ANTÔNIO MARTINS GARCIA
 Diretor de Finanças
 CPF: 289.278.851-04

ANTONIO DA PAZ CARNEIRO
 Gerente de Contabilidade
 CPF: 296.139.901-78
 CRC: 10.279/DF

**DEMONSTRAÇÃO DAS OBRIGAÇÕES ATUARIAIS DO PLANO DE PECÚLIO FACULTATIVO
EM 31 DE DEZEMBRO DE 2011 E 2010**

(Em milhares de reais - R\$)

Descrição	<u>31/12/11</u>	<u>31/12/10</u> (Reclassificado)	<u>Variação %</u>
Patrimônio de Cobertura do Plano (1+2)	<u>1.698.673</u>	<u>1.559.446</u>	9
1. Provisões Matemáticas	<u>1.305.545</u>	<u>1.232.335</u>	6
1.2 Benefícios a Conceder	<u>1.305.545</u>	<u>1.232.335</u>	6
Benefício Definido	1.305.545	1.232.335	6
2. Equilíbrio Técnico	<u>393.128</u>	<u>327.111</u>	20
2.1 Resultados Realizados	<u>393.128</u>	<u>327.111</u>	20
Superávit técnico acumulado	<u>393.128</u>	<u>327.111</u>	20
Reserva de contingência	326.386	308.083	6
Reserva para revisão de plano	66.742	19.028	251
As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.			

CARLOS CÉLIO DE ANDRADE SANTOS
Diretor Executivo
CPF: 317.207.141-34

MARCO ANTÔNIO MARTINS GARCIA
Diretor de Finanças
CPF: 289.278.851-04

ANTONIO DA PAZ CARNEIRO
Gerente de Contabilidade
CPF: 296.139.901-78
CRC: 10.279/DF

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS PARA O EXERCÍCIO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2011 E 2010.

(Em milhares de Reais)

1. CONTEXTO OPERACIONAL

A GEAP - Fundação de Seguridade Social (doravante referida como “GEAP”, “Fundação”, “Entidade” ou “Operadora”) é uma entidade fechada de previdência complementar, sem fins lucrativos, amparada pela Lei Complementar nº 109, de 29 de maio de 2001. Aplica seus recursos financeiros integralmente no país, não distribuindo dividendos ou participações, sendo seu resultado revertido em reservas para cobertura do seu plano de benefício aos servidores e/ou empregados das patrocinadoras, assim como a seus beneficiários, com a finalidade de promover o bem-estar social dos participantes e beneficiários mediante a prestação ou administração de serviços assistenciais.

A Fundação tem como objetivo a criação, administração e execução de planos solidários de benefícios de natureza previdenciária complementar, assemelhados aos da previdência social oficial, na forma de benefício definido, bem como manutenção, administração e execução de planos solidários de saúde suplementar, baseado na forma de lei. Os recursos necessários para consecução desses objetivos são obtidos por meio de contribuições das patrocinadoras e dos participantes, além dos rendimentos auferidos pela aplicação dessas contribuições em investimento.

A GEAP tem convênio com 88 patrocinadoras (82 em 2010), sendo elas:

- Arquivo Nacional - AN;
- Agência Nacional de Vigilância Sanitária - ANVISA;
- Centrais de Abastecimento de Minas Gerais S/A - CEASA/MINAS;
- Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior - CAPES;
- Departamento Nacional de Produção Mineral - DNPM;
- Empresa de Tecnologia e Informações da Previdência Social - DATAPREV;
- Escola Agrotécnica Federal de Belo Jardim – EAF/BELO JARDIM;
- Escola Agrotécnica Federal de Satuba – EAF/SATUBA;
- Fundação Casa de Rui Barbosa - FCRB;
- Fundação Alexandre de Gusmão - FUNAG;
- Fundação Cultural Palmares - FCP;
- Fundação Nacional das Artes - FUNARTE;
- Fundação Nacional do Índio - FUNAI;
- Fundação Universidade de Brasília - FUB;
- Fundação Universidade Federal de Mato Grosso - FUFMT;
- Fundação Universidade Federal de São João Del-Rei - UFSJ;
- Fundação Universidade Federal do Vale do São Francisco - UNIVASF;
- Fundação Universidade do Amazonas - FUA;
- Fundação Universidade do Tocantins - UFT;
- Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação - FNDE;
- GEAP - Fundação de Seguridade Social;
- Imprensa Nacional - IN;
- Instituto Brasileiro de Turismo - EMBRATUR;
- Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais e Renováveis - IBAMA;
- Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade - ICMBio;
- Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia da Paraíba – IFPB;

- Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia da Paraíba – IFPB/Sousa;
- Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Alagoas - IFAL;
- Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Ceará - IFCE;
- Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Goiás- IFGO;
- Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Mato Grosso- IFMT;
- Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Mato Grosso/Campus São Vicente - IFMT/SV;
- Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Pernambuco - IFPE;
- Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Pernambuco/IFPE SOUSA;
- Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Pernambuco Campus Santo Antônio – IFPE/SANTO ANTÃO;
- Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Pernambuco/Campus Barreiros - IFPE- BA;
- Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Codó no Maranhão - IFMA/CODO;
- Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Rio de Janeiro - IFRJ;
- Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Rio Grande do Norte - IFRN;
- Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Sergipe - IFS
- Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Sergipe/Campus São Cristovão - IFS/CSC.
- Instituto Federal de Roraima - IFRR;
- Instituto Federal do Paraná - IFPR;
- Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira - INEP;
- Instituto Nacional de Metrologia, Normalização e Qualidade Industrial - IMMETRO;
- Instituto Nacional do Seguro Social - INSS;
- Ministério da Ciência e Tecnologia - MCT;
- Ministério da Educação - MEC;
- Ministério da Fazenda - MF;
- Ministério da Justiça - MJ;
- Ministério da Previdência Social - MPS;
- Ministério da Saúde - MS;
- Ministério das Cidades - MCIDADES;
- Ministério das Relações Exteriores - MRE;
- Ministério de Minas e Energia - MME;
- Ministério do Desenvolvimento, Indústria e Comércio - MDIC;
- Ministério do Esporte - ME;
- Ministério do Planejamento - MP;
- Ministério do Trabalho e Emprego - MTE;
- Ministério do Turismo - MTUR;
- Ministério dos Transportes - MT;
- Presidência da República - PR;
- Superintendência da Zona Franca de Manaus - SUFRAMA;
- Tribunal Regional do Trabalho do Estado de Santa Catarina - TRT/SC;
- Universidade Estadual de Roraima - UERR;
- Universidade Federal da Bahia - UFBA;
- Universidade Federal da Paraíba - UFPB;
- Universidade Federal de Alagoas - UFAL;
- Universidade Federal de Campina Grande - UFCG;
- Universidade Federal de Ciência da Saúde de Porto Alegre - UFCSPA;
- Universidade Federal de Goiás - UFG;
- Universidade Federal de Lavras - UFLA;

- Universidade Federal de Pelotas – UFPEL;
- Universidade Federal de Pernambuco - UFPE;
- Universidade Federal de Roraima - UFRR;
- Universidade Federal de Sergipe - UFS;
- Universidade Federal de Santa Maria - UFSM;
- Universidade Federal do Acre - UFAC;
- Universidade Federal do Amapá - UNIFAP;
- Universidade Federal Rural da Amazônia - UFRA;
- Universidade Federal do Espírito Santo - UFES;
- Universidade Federal do Maranhão - UFMA;
- Universidade Federal do Pará - UFPA;
- Universidade Federal do Paraná - UFPR;
- Universidade Federal do Piauí - UFPI;
- Universidade Federal do Rio Grande do Norte - UFRN;
- Universidade Federal Fluminense - UFF; e
- Universidade Federal Rural de Pernambuco - UFRPE.

Atualmente, A Fundação também atua na gestão de Plano de Assistência e Saúde, sendo parte em processo judicial que questiona a adesão das patrocinadoras acima mencionadas ao Plano de Assistência e Saúde – PAS, com exceção das fundadoras DATAPREV, INSS, Ministério da Saúde, Ministério da Previdência e Ministério do Trabalho e Emprego (ver nota explicativa nº 10.3.4).

O Plano de Assistência e Saúde apresentou déficit nos últimos exercícios (ver nota explicativa nº10.5), e desta forma a Diretoria Executiva, visando o equilíbrio entre as receitas e despesas, elaborou diversos estudos técnicos atuariais sobre o custeio dos planos de saúde com intuito de propor ao Conselho Deliberativo a alteração do cálculo das contribuições que, até 2011, teve como base a cobrança de valor único por plano - independente de faixa etária e remuneração.

O Conselho Deliberativo aprovou na reunião realizada em 29 de fevereiro de 2012, o novo modelo de custeio para os titulares e dependentes dos planos assistenciais. Nos planos GEAP referencia, essencial e clássico as contribuições serão calculadas conjugando faixa etária e faixa salarial. No plano GEAP Saúde, as contribuições serão calculadas com base em percentual fixo observando o valor de piso e teto, individual e familiar.

Tendo em vista esta nova realidade, está em curso o planejamento estratégico da GEAP para 2012 a 2015 que objetiva, dentre outros aspectos, a adequação e reestruturação da metodologia dos planos de saúde, bem como de toda a estrutura de suporte e aperfeiçoamento dos processos da Fundação.

A Administração da GEAP acredita que essas medidas serão suficientes para reverter à situação de déficit apresentada no Plano de Assistência e Saúde nos últimos exercícios, sem comprometer sua liquidez e níveis atuais de solvência.

2. APRESENTAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

As demonstrações financeiras foram elaboradas de acordo com as normas específicas aplicáveis às entidades fechadas de previdência complementar, estabelecidas pelo Conselho de Gestão da Previdência Complementar - CGPC (atualmente PREVIC) do Ministério da Previdência Social - MPS através CNPC nº 8, de 31 de outubro de 2011.

Os registros contábeis dos planos de benefícios assistenciais estão de acordo com os planos de contas da Agência Nacional de Saúde Suplementar - ANS, conforme Instrução Normativa ANS/DIOPE Nº 36, de 22 de dezembro de 2009 e Instrução Normativa – IN Nº 46, de 25 de fevereiro de 2011.

A Fundação criou seu Plano de Gestão Administrativa, aprovado pelo Conselho Deliberativo, conforme RESOLUÇÃO/GEAP/CONDEL nº 461 de 17 de dezembro de 2009, em consonância à Resolução CGPC nº 29, de 31 de agosto de 2009.

3. SUMÁRIO DAS PRINCIPAIS PRÁTICAS CONTÁBEIS

Apresentamos a seguir as principais práticas contábeis utilizadas para elaboração das demonstrações financeiras:

3.1. Investimentos

De acordo com o disposto na Resolução MPS/CGPC nº 4, de 30 de janeiro de 2002, os títulos que serão mantidos até o vencimento estão registrados ao valor de custo, acrescidos dos rendimentos auferidos até a data do balanço, deduzidos de provisão para ajustar o valor de realização, quando aplicável. Os títulos para negociação estão registrados pelo valor de mercado.

Ativos de Renda Fixa: compreende as operações com rendas definidas, podendo ser pré ou pós-fixadas e são registradas na ocasião da aplicação pelos valores efetivamente pagos acrescidos dos rendimentos auferidos “pró-rata temporis”, em função dos dias decorridos até a data do balanço, ajustado se for o caso, a valor de mercado. Os ágios e deságios ocorridos nas aquisições de títulos foram corrigidos e amortizados mensalmente e apropriados “pró-rata temporis” às despesas ou receitas pelo prazo que decorre da data de aquisição até o vencimento do título;

Ativos de Renda Variável: as ações adquiridas no mercado à vista são contabilizadas pelo custo de aquisição acrescido das despesas diretas de corretagem, emolumentos e outras taxas incidentes à operação e foram precificadas a valor de mercado pela cotação de fechamento do último dia útil do mês, conforme Resolução CGPC nº. 28, de 26 de janeiro de 2009. A variação apurada entre os custos das ações e seus respectivos valores de mercado é apropriada diretamente ao resultado do exercício. As rendas oriundas de dividendos, de juros sobre capital próprio e de bonificações decorrentes de investimentos em ações, foram reconhecidas contabilmente a partir da publicação da decisão da assembleia geral dos acionistas;

Fundos de investimentos: são contabilizados pelos valores desembolsados e avaliados pelo valor da quota calculada pelo Administrador.

Investimentos Imobiliários: são registrados ao custo de aquisição, deduzidos da depreciação calculada pelo método linear à taxa de aproximadamente 2% ao ano e, quando aplicável, ajustados de acordo com as reavaliações realizadas.

Imposto de Renda na Fonte: a Lei de nº 11.053 de 29 de dezembro de 2004, dispensou as Entidades Fechadas de Previdência Privada da retenção na fonte e do pagamento em separado do imposto de renda sobre os rendimentos e ganhos auferidos nas aplicações financeiras.

3.2. Permanente – Imobilizado

O imóvel está registrado ao valor justo, sendo sua reavaliação efetuada pelo menos a cada três anos, conforme Instrução Normativa MPS/SPC nº 34, de 24 de setembro de 2009. Os demais imobiliários estão registrados ao custo de aquisição, corrigido monetariamente até 31 de dezembro de 1995, e deduzido das depreciações acumuladas, calculadas pelo método linear com base em taxas que levam em conta o prazo de vida útil dos bens.

3.3. Exigível Operacional

Na Gestão Previdencial representam valores de obrigações decorrentes de pagamentos de benefícios aos Participantes e na Gestão Administrativa, pagamentos com Pessoal e Encargos, Fornecedores e Obrigações Fiscais.

3.4. Provisões Matemáticas

As provisões matemáticas referem-se ao resultado dos cálculos atuariais, efetuados por atuário interno, habilitado e contratado pela Fundação, do custo de benefícios a serem pagos pelos participantes, deduzido das contribuições futuras.

A conta de Benefícios a conceder registra o valor atual dos compromissos futuros da Fundação em relação aos seus atuais participantes ativos.

3.5. Transferências

As transferências são efetuadas nas contas de resultado de cada Gestão e os critérios utilizados para a movimentação do resultado das aplicações e cobertura dos gastos administrativos estão em conformidade com a legislação pertinente.

Gestão Previdencial: é creditada e/ou debitada pelo recebimento de recursos do fluxo de investimentos referentes ao resultado das aplicações e debitada pela transferência de recursos para o Plano de Gestão Administrativa - PGA para cobertura das despesas administrativas.

Gestão Administrativa: é creditada e /ou debitada pelo recebimento de recursos do fluxo de investimentos referentes ao resultado das aplicações e creditada pelo recebimento de recursos da Gestão Previdencial e Assistencial para cobertura das despesas administrativas.

Investimentos: é debitado e/ou creditado pelas transferências de recursos entre o fluxo de investimentos e as gestões previdencial e administrativas decorrentes de resultados positivo ou negativos dos investimentos e debitado pela transferência de recursos para o Plano de Gestão Administrativa - PGA para cobertura das despesas administrativas.

3.6. Apuração do resultado do exercício

As receitas e despesas são contabilizadas pelo regime de competência. A Demonstração da Mutações do Ativo líquido apresenta a composição do resultado com adições (receitas), destinações (despesas), e os acréscimos e decréscimos representados pela constituição das provisões de custeio para Patrocinadoras e Participantes, formando fundos exclusivos para cada modalidade de plano de saúde.

3.7. Reclassificações

a.1) Em 31 de outubro de 2011 a PREVIC, por meio da Resolução CNPC nº. 08, definiu modificações na estrutura de apresentação das demonstrações financeiras das entidades fechadas de previdência complementar – EFPC, em que foi extinta a Demonstração das Mutações do Ativo Líquido Consolidada e criada a Demonstração do Patrimônio Social – DMPS. Com a criação da DMPS, a rubrica de Fundos Não Previdenciais foi incorporada ao Patrimônio Social, que com tal reclassificação passou a ser de R\$1.767.393 em 31 de dezembro de 2010 (R\$1.764.434 anteriormente à reclassificação).

a.2) Em 8 de setembro de 2011, por meio da instrução MPS/PREVIC Nº 05, a PREVIC definiu modificações nas normas específicas para procedimentos contábeis das EFPC's. Em função desta instrução, a Fundação reclassificou, em 31 de dezembro de 2010, o montante de R\$32.703, referente ao saldo de seus depósitos judiciais então registrados no Passivo – Exigível Contingencial, para o grupo do Ativo Realizável, nas rubricas de Gestão Previdencial (R\$3.395) e Gestão de Investimentos (R\$29.308).

Assim sendo, com o objetivo de atender as citadas instruções e manter a comparabilidade das demonstrações financeiras a Fundação realizou as seguintes reclassificações nos saldos de 31 de dezembro de 2010:

Balanço Patrimonial

		31/12/2010		31/12/2010
	<u>Item</u>	<u>Apresentado</u>	<u>Reclassificações</u>	<u>Reclassificado</u>
<u>ATIVO</u>				
<u>DISPONÍVEL</u>		<u>9</u>	-	<u>9</u>
<u>REALIZÁVEL</u>		<u>1.644.543</u>	<u>32.703</u>	<u>1.677.246</u>
Gestão Previdencial	a.1	6.161	3.395	9.556
Gestão Administrativa		858	-	858
<u>Investimentos</u>		<u>1.637.524</u>	<u>29.308</u>	<u>1.666.832</u>
Títulos Públicos		486.015		486.015
Créditos Privados e Depósitos		221.506		221.506
Ações	a.2	-	328.491	328.491
Fundos de Investimentos	a.2	929.901	-328.491	601.410
Investimentos Imobiliários		102		102
Depósito Judicial	a.2	-	29.308	29.308
<u>PERMANENTE</u>		<u>1.154</u>	-	<u>1.154</u>
<u>GESTÃO ASSISTENCIAL</u>		<u>494.892</u>	-	<u>494.892</u>
TOTAL DO ATIVO		<u>2.140.598</u>	<u>32.703</u>	<u>2.173.301</u>
<u>PASSIVO</u>				
<u>EXIGÍVEL OPERACIONAL</u>		<u>6.565</u>	-	<u>6.565</u>
<u>EXIGÍVEL CONTINGENCIAL</u>		<u>8.657</u>	<u>32.703</u>	<u>41.360</u>
Gestão Previdencial	a.1	5.002	3.395	8.397
Investimento	a.2	3.655	29.308	32.963
<u>PATRIMÔNIO SOCIAL</u>		<u>1.630.484</u>	-	<u>1.630.484</u>
<u>GESTÃO ASSISTENCIAL</u>		<u>494.892</u>	-	<u>494.892</u>
TOTAL DO PASSIVO		<u>2.140.598</u>	<u>32.703</u>	<u>2.173.301</u>

Demonstração da Mutaç o do Patrim nio Social

	<u>Item</u>	<u>31/12/2010</u> <u>Apresentado</u>	<u>Reclassifica�es</u>	<u>31/12/2010</u> <u>Reclassificado</u>
ATIVO LÍQUIDO - SALDO INICIAL		<u>1.625.732</u>	<u>1.921</u>	<u>1.627.653</u>
ADI�ES		<u>1.777.732</u>	-	<u>1.777.732</u>
DESTINA�ES		<u>(1.639.030)</u>	<u>1.038</u>	<u>(1.637.992)</u>
Benefícios		(83.505)	-	(83.505)
Resultado Negativo dos investimentos		(6.137)	-	(6.137)
- Gestão Previdencial		(6.137)	-	(6.137)
Constitui�o de Conting�ncias		(3.361)	-	(3.361)
- Gestão Previdencial		(3.361)	-	(3.361)
Despesas Administrativas		(151.996)	-	(151.996)
Constitui�o de Fundos - Gestão Administrativa	a.2	(1.038)	1.038	-
Despesas Assistenciais		(1.392.993)	-	(1.392.993)
ACR�SCIMO NO ATIVO LÍQUIDO		<u>138.702</u>	<u>1.038</u>	<u>139.740</u>
Provis�es Matemáticas		96.573	-	96.573
Fundos Previdenciais		55.643	-	55.643
D�ficit T�cnico do Exercício		(13.172)	-	(13.172)
Fundos Administrativos		-	1.038	1.038
Gestão Assistencial		<u>(342)</u>	-	<u>(342)</u>
ATIVO LÍQUIDO - SALDO FINAL		<u>1.764.434</u>	<u>2.959</u>	<u>1.767.393</u>
FUNDOS NÃO PREVIDENCIAIS		<u>2.959</u>	<u>(2.959)</u>	-
Fundos Administrativos	a.2	2.959	(2.959)	-

As reclassificações efetuadas por plano de benefício são como seguem:

Demonstração do Ativo Líquido do Plano de Pecúlio Facultativo

<u>Item</u>	<u>31/12/10</u> <u>Apresentado</u>	<u>Reclassificações</u>	<u>31/12/10</u> <u>Reclassificado</u>
ATIVOS	<u>1.628.903</u>	<u>32.703</u>	<u>1.661.606</u>
Disponível	5	-	5
Recebível	5.722	3.395	9.117
Investimento	<u>1.623.176</u>	<u>29.308</u>	<u>1.652.484</u>
Títulos Públicos	485.012	-	485.012
Créditos Privados e Depósitos	219.867	-	219.867
Ações	a.2 -	326.241	326.241
Fundos de Investimentos	a.2 918.195	(326.241)	591.954
Investimentos Imobiliários	102	-	102
Depósito Judicial	a.2 -	29.308	29.308
OBRIGAÇÕES	<u>14.415</u>	<u>32.703</u>	<u>47.118</u>
Operacional	5.758	-	5.758
Contingencial	a.2 8.657	32.703	41.360
FUNDOS NÃO PREVIDENCIAIS	<u>2.959</u>	-	<u>2.959</u>
Fundos Administrativos	2.959	-	2.959
ATIVO LÍQUIDO	<u>1.614.924</u>	-	<u>1.614.924</u>
Provisões Matemáticas	1.232.335	-	1.232.335
Superávit Técnico	327.111	-	327.111
Fundos Previdenciais	55.478	-	55.478

Demonstração do Ativo Líquido do Plano GEAPREV

<u>Item</u>	<u>31/12/10</u> <u>Apresentado</u>	<u>Reclassificações</u>	<u>31/12/10</u> <u>Reclassificado</u>
ATIVOS	<u>12.605</u> -		<u>12.605</u>
Disponível	4		4
Recebível	3		3
Investimento	<u>12.598</u> -		<u>12.598</u>
Títulos Públicos	1.003 -		1.003
Créditos Privados e Depósitos	1.639 -		1.639
Ações	a.2 -	2.250	2.250
Fundos de Investimentos	a.2 9.956	(2.250)	7.706
OBRIGAÇÕES	<u>4</u> -		<u>4</u>
ATIVO LÍQUIDO	<u>12.601</u> -		<u>12.601</u>
Provisões Matemáticas	12.108 -		12.108
Fundos Previdenciais	493 -		493

4. REALIZÁVEL

4.1. Gestão previdencial

	2011	2010
Contribuições normais - Participantes (a)	6.457	5.719
Contribuições em atraso (b)	<u>2.776</u>	<u>25.412</u>
Ministério da Saúde	1.981	21.671
INSS	562	3.432
Outras patrocinadoras	233	309
(-) Provisão para créditos de liquidação duvidosa (c)	(1.892)	(24.970)
Depósito Judicial (d)	2.744	3.395
Total	<u>10.085</u>	<u>9.556</u>

(a) Refere-se a contribuições exclusivamente dos participantes que são servidores ou empregados das patrocinadoras que aderiram ao plano de pecúlio facultativo. A característica deste plano é de benefício definido e a contribuição varia de acordo com o salário, faixa etária e o multiplicador escolhido.

(b) Em conformidade com a Instrução MPS nº 34, de setembro de 2009, a Administração da GEAP, decidiu pela baixa de encargos incidentes sobre contribuições repassadas em atraso por 08 (oito) patrocinadoras, no período de 1991 até 2005, no montante de R\$25.182 correspondentes a valores questionados judicialmente. Estes valores estavam integralmente provisionado, sendo sua provisão também baixada no período.

(c) A administração da Fundação vem provisionando as contribuições em atraso de acordo com os critérios definidos na Instrução MPS nº 34, de setembro de 2009, resumidos a seguir:

- Atraso entre 61 e 120 dias, 25% dos créditos vencidos são provisionados;
- Atraso entre 121 e 240 dias, 50% dos créditos vencidos são provisionados;
- Atraso entre 241 e 360 dias, 75% dos créditos vencidos são provisionados; e
- Atraso superior a 360 dias, 100% dos créditos vencidos são provisionados.

(d) Conforme determinado na Instrução MPS/PREVIC Nº 05, de 08 de Setembro de 2011, a conta de Depósito judicial anteriormente classificada no passivo passa, a partir deste exercício, a ser classificada no ativo. Com vistas à manutenção da comparabilidade, no ano de 2010, foi reclassificado montante de R\$3.395.

4.2. Gestão administrativa

	2011	2010
Contribuições para Custeio (a)	326	282
Outros Recursos a Receber (b)	526	572
Outros Realizáveis	-	<u>4</u>
Total	<u>852</u>	<u>858</u>

(a) São valores a receber referente ao custeio do Plano de Pecúlio Facultativo;

(b) Nesta conta, está registrado o valor de custeio dos investimentos do Plano de Pecúlio Facultativo.

4.3. Investimentos

	2011	2010
Renda Fixa	<u>1.370.681</u>	<u>1.119.775</u>
Títulos públicos (carteira própria)	<u>433.485</u>	<u>486.015</u>
Notas do Tesouro Nacional	433.485	486.015
Créditos Privados e Depósitos	<u>283.509</u>	<u>221.506</u>
Depósito a Prazo com Garantia Especial do FGC - DPGE	178.765	91.806
Debêntures Não Conversíveis	27.184	31.411
Cédula Creditória Bancária - CCB	77.560	98.289
Fundos de investimento	<u>653.687</u>	<u>412.254</u>
Fundos de renda fixa	<u>653.687</u>	<u>412.254</u>
Renda Variável	<u>320.278</u>	<u>328.491</u>
Fundos de Ações (a)	320.278	328.491
Estruturado	<u>91.384</u>	<u>189.258</u>
Fundos Multimercado	86.060	132.949
Fundos Direitos Creditórios - FIDC (b)	5.324	56.207
Investimentos imobiliários - Edificações para renda (c)	-	<u>102</u>
Depósito Judicial – CDB (d)	<u>29.678</u>	<u>29.308</u>
Total	<u>1.812.021</u>	<u>1.666.832</u>

(a) O segmento de renda variável é composto por fundos de investimentos em ações, administrados pelo Banco Bradesco S.A.. Os fundos são compostos basicamente por ações que compõem o índice IBOVESPA.

(b) O detalhamento das aplicações da GEAP em Fundos de Direitos Creditórios – FIDCs é apresentada a seguir:

	2011	2010
Fundos Direitos Creditórios – Fundo Pecúlio	<u>5.318</u>	56.207
Eco Multi Commodities	4.628	55.547
Union National FIDC Financeiro e Mercantis.	690	660
Fundos Direitos Creditórios – Fundo GEAPrev	6	-
Union National FIDC Financeiro e Mercantis.	6	-

b.1) Em 2007, a Fundação aplicou R\$66.545 no fundo Eco Multi Commodities, em quotas sênior cuja classificação efetuada pela agência de riscos Fitch Ratings atribuiu nota A (bra), considerado um investimento de baixo risco de crédito. A classificação emitida pela Standard & Poor's, em setembro de 2010 e mantida no relatório de monitoramento emitido em abril de 2011, atribuiu nota BB(bra), que indica ser um investimento de risco moderado. Em 2011 o custodiante efetuou o provisionamento adicional para perdas no montante de R\$38.320. Até 2011, a GEAP recebeu a título de amortização no montante de R\$50.619 (sendo que neste exercício o valor recebido foi de R\$23.353), sendo este valor majoritariamente vinculados a créditos anteriormente provisionados para perdas. Em dezembro de 2011 o saldo da carteira é de R\$4.628.

b.2) Em 2008, a Entidade aplicou R\$50.000 no fundo Union National FIDC Financeiro e Mercantis, uma vez que o mesmo havia sido classificado, na ocasião, como investimento de baixo risco de crédito de acordo com relatório de risco emitido pela agência de risco, a AUSTIN Ratings, que atribuiu nota AA, a 2ª maior nota na escala desta agência. Contudo, apesar da amortização parcial no valor de R\$4.929, o acentuado provisionamento dos créditos, acima de 90% da carteira, ocasionou rebaixamentos de classificação. O saldo contábil em 31 de dezembro de 2011 é de R\$690.

(c) A Fundação possuía em 2010 um único imóvel que foi vendido em 14 de abril de 2008 por R\$171. O saldo residual de R\$102 não foi liquidado e a Fundação ajuizou ação de reintegração de posse, com pedido de liminar, a fim de retomar a posse do mesmo. O processo foi distribuído à 4ª Vara Cível de Vitória-ES, tendo recebido o nº 024.09.026425-0. Em função do atraso superior a 365 dias no recebimento, adicionalmente ao acionamento judicial, a administração da GEAP optou pela baixa deste valor como perda em alienação imobiliária.

(d) Conforme mencionado na nota explicativa nº 3.7, em atenção à Instrução MPS/PREVIC Nº 05, de 08 de setembro de 2011, os valores referentes ao Exigível Contingencial e os seus respectivos depósitos judiciais passaram a ser apresentados separadamente, no ativo e no passivo. Assim sendo, foi realizada reclassificação do Exigível Contingencial para conta de depósito judicial no ativo, na linha de Investimentos.

A explicação acerca dos saldos de depósitos judiciais, bem como das causas e processos que originaram os mesmos, se encontra na nota explicativa no 7 – Exigível Contingencial.

Classificação da Carteira

De acordo com a Resolução CGPC nº 4, de 30 de janeiro de 2002, os investimentos devem ser classificados nas categorias “Títulos para Negociação” e “Títulos Mantidos até o Vencimento”.

Considerando as projeções do cenário econômico para os próximos anos, que indicam taxas de juros decrescentes, a Diretoria Executiva optou no ano de 2011 pela reclassificação dos títulos que estavam na categoria “Títulos mantidos até o vencimento” para a categoria de “Títulos para negociação”. A relação dos títulos reclassificados, por categoria de vencimento, estão apresentadas nas notas a seguir, relativas ao plano pecúlio facultativo e plano GEAPPREV.

O parâmetro utilizado na determinação do valor de mercado dos títulos públicos contabilizados na categoria “Títulos para Negociação” é o PU - Preço Unitário da Associação Brasileira das Entidades do Mercado Financeiro e de Capitais - ANBIMA. Para os títulos privados os parâmetros utilizados seguem a metodologia de precificação de ativos constante no manual do custodiante.

Assim sendo todos os Títulos em 31 de dezembro de 2011 da GEAP estão classificados “Títulos para negociação”, estando, por consequência, marcados a preço de mercado.

a) Plano de Pecúlio Facultativo

No Plano de Pecúlio Facultativo os recursos no segmento de renda fixa, estão alocados preponderantemente em títulos públicos e títulos privados através da carteira própria e de fundos exclusivos. A carteira consolidada está demonstrada no quadro a seguir:

Títulos para negociação (Carteira de fundos exclusivos – consolidada):

Os títulos para negociação possui o valor contábil correspondente ao seu valor justo (valor de mercado).

<u>Títulos</u>	<u>Vencimento</u>	<u>2011</u>	<u>2010</u>
NTN-B	2011	-	31.475
NTN-B	2012	13.882	6.880
NTN-B	2013	10.515	2.872
NTN-B	2014	1.283	-
NTN-B	2015	23.645	2.678
NTN-B	2016	17.409	-
NTN-B	2020	2	1.727
NTN-B	2024	-	-
NTN-B	2035	-	-
NTN-B	2040	-	1.919
NTN-B	2045	-	939
NTN-B	2050	-	478
LFT	2012	35.814	16.146
LFT	2013	52.116	39.532
LFT	2014	35.663	19.408
LFT	2015	63.249	31.603
LFT	2016	1.958	-
LFT	2017	18.537	-
LTN	2011	-	10.998
LTN	2012	33.838	36.230
LTN	2013	31.755	18.267
LTN	2014	7.808	-
LTN	2015	28.356	-
Debêntures	2014	871	-
LFT-O	2011	-	8.113
LFT-O	2012	9.021	-
LTN-O	2011	-	12.417
LTN-O	2012	61.178	-
LTN-O	2013	76.055	-
NTN-O	2011	-	15.017
NTN-F	2013	1.288	-
NTN-F	2021	-	1.686
CCB	2013	15.994	-
CCB	2014	32.412	-
CCCB	2015	82.810	4.122
CCI	2015	19.479	-
CDB	2012	10.773	-
LFS	2017	4.131	-
NC	2012	2.390	-
FIDC - Cotas sênior		5.318	56.202
Fundos de renda variável		317.537	326.241
Fundos estruturados		38.471	34.802
Investimento imobiliário		-	102
Saldos a pagar /a receber		<u>(282)</u>	<u>1.573</u>
Total		<u>1.053.276</u>	<u>681.427</u>

Títulos para negociação – (Carteira própria)

<u>Títulos</u>	<u>Vencimento</u>	<u>2011</u>	<u>2010</u>
NTN-B	2011	-	60.074
NTN-B	2015	119.548	29.727
NTN-B	2020	33.258	-
NTN-B	2024	112.757	-
NTN-B	2035	78.855	-
NTN-C	2021	26.763	-
NTN-C	2031	61.205	-
DPGE	2013	106.259	13.292
DPGE	2015	67.198	-
Debêntures	2014	27.185	31.411
CCB	2013	29.056	43.705
CCB	2015	<u>48.503</u>	-
Total		<u>710.587</u>	<u>178.209</u>

Títulos mantidos até o vencimento

<u>Títulos</u>	<u>Vencimento</u>	<u>Valor Contábil 2011</u>	<u>Valor de Mercado 2011</u>	<u>Valor Contábil 2010</u>	<u>Valor de Mercado 2010</u>
NTN-B	2015	-	-	71.658	79.273
NTN-B	2020	-	-	28.239	30.513
NTN-B	2024	-	-	83.313	102.899
NTN-B	2035	-	-	61.773	73.009
NTN-C	2011	-	-	86.865	88.023
NTN-C	2021	-	-	19.954	25.448
NTN-C	2031	-	-	43.423	58.193
DPGE	2013	-	-	76.876	77.470
CCB	2015	-	-	54.584	55.074
CCB	2013	-	-	42.940	43.018
CCB	2014	-	-	97.107	96.741
CCCB	2015	-	-	76.738	76.797
CCI	2015	-	-	<u>20.069</u>	<u>20.170</u>
Total		-	-	<u>763.539</u>	<u>826.628</u>

A reclassificação “Títulos mantidos até o vencimento” para a categoria de “Títulos para negociação” gerou efeito positivo no ano de 2011 de R\$73.728 no patrimônio líquido do Plano de Pecúlio Facultativo.

b) Plano GEAPrev

No Plano GEAPrev, assim como no Plano de Pecúlio Facultativo, os recursos no segmento de renda fixa, estão alocados preponderantemente em títulos públicos e títulos privados através da carteira própria e de fundos exclusivos. A composição da carteira está demonstrada nos quadros a seguir:

Títulos para negociação – (Carteira de fundos exclusivos – consolidada):

<u>Títulos</u>	<u>Vencimento</u>	<u>2011</u>	<u>2010</u>
NTN-B	2011	-	212
NTN-B	2012	-	12
NTN-B	2013	-	505
NTN-B	2014	-	-
NTN-B	2015	-	471
NTN-B	2016	161	-
NTN-B	2020	-	304
NTN-B	2040	-	337
NTN-B	2045	-	165
NTN-B	2050	-	84
LFT	2012	112	35
LFT	2013	805	7
LFT	2014	1.773	828
LFT	2015	455	69
LFT	2017	279	-
LTN	2011	-	1.245
LTN	2012	901	2.598
LTN	2013	780	40
LTN	2014	26	-
LTN	2015	95	-
Debêntures	2014	50	-
LTN-O	2011	-	27
LTN-O	2012	625	-
NTN-O	2011	-	470
NTN-O	2012	125	-
NTN-F	2013	74	-
NTN-F	2021	-	297
CDB	2012	618	-
NC	2012	137	-
FIDC - Cotas sênior		6	5
Fundos de renda variável		2.741	2.250
Fundos estruturados		26	-
Saldos a pagar /a receber		<u>(1)</u>	<u>(4)</u>
Total		<u>9.788</u>	<u>9.957</u>

Títulos para negociação – (Carteira própria):

<u>Títulos</u>	<u>Vencimento</u>	<u>2011</u>	<u>2010</u>
NTN-B	2014	1.098	1.003
DPGE	2013	1.949	-
DPGE	2015	<u>3.360</u>	-
Total		<u>6.407</u>	<u>1.003</u>

Títulos mantidos até o vencimento

<u>Títulos</u>	<u>Vencimento</u>	<u>Valor Contábil 2011</u>	<u>Valor de Mercado 2011</u>	<u>Valor Contábil 2010</u>	<u>Valor de Mercado 2010</u>
DPGE	2013	-	-	<u>1.639</u>	<u>1.653</u>
Total		-	-	<u>1.639</u>	<u>1.653</u>

A reclassificação “Títulos mantidos até o vencimento” para a categoria de “Títulos para negociação” gerou efeito positivo no ano de 2011 de R\$59 no patrimônio líquido do Plano GEAPrev.

c) PGA – Plano de Gestão Administrativa

No Plano de Gestão Administrativa os recursos, estão alocados em fundo exclusivo (BB Prime 18 FIRF), cuja carteira de títulos está demonstrada no quadro a seguir:

<u>Títulos</u>	<u>Vencimento</u>	<u>2011</u>	<u>2010</u>
LFT	2012	217	264
LFT	2013	42	51
LFT	2015	428	519
LTN	2011	-	65
LTN	2012	300	347
LTN	2013	377	300
LTN	2014	83	-
LTN	2015	301	-
LTN-O	2011	-	204
LTN-O	2012	<u>537</u>	-
Total		<u>2.285</u>	<u>1.750</u>

5. PERMANENTE

	2011		2010		Vida Útil
	Custo	Deprec/Amort Acumulada	Líquido	Líquido	
Imóveis (a)	1.138	(33)	1.105	1.122	50 anos
Sistema de processamento de dados	73	(61)	12	5	10 anos
Móveis e utensílios	74	(50)	24	25	5 anos
Máquinas e equipamentos de uso	5	(3)	2	2	10 anos
Sistema de comunicação	<u>2</u>	<u>(2)</u>	-	-	5 anos
Total	<u>1.292</u>	<u>(149)</u>	<u>1.143</u>	<u>1.154</u>	

(a) Refere-se a 7,02% do total do imóvel próprio da sede da GEAP localizada no Terraço Shopping Torre B 2º, 3º e 4º andares, no Octogonal Sul - Brasília/DF. O restante, 92,98% está classificado no permanente da gestão assistencial. Conforme Instrução MPS nº 34 de 24 de setembro de 2009, os imóveis devem ser reavaliados no mínimo uma vez a cada três anos. A última reavaliação do imóvel foi realizada em 07 de dezembro de 2009, pela Câmara de Valores Imobiliários do Distrito Federal.

Em 2011, a Fundação avaliou o valor recuperável de seus ativos imobilizados e concluiu não haver perdas por impairment. Adicionalmente, a Administração avaliou a vida útil destes ativos, e concluiu que as mesmas estão adequadas e de acordo com as premissas de mercado, em atendimento ao “CPC 27 - Imobilizado” e ao “ICPC 10 - Esclarecimentos sobre os pronunciamentos técnicos CPC 27 - Imobilizado e CPC 28 - Propriedade para Investimentos”.

6. EXIGÍVEL OPERACIONAL

6.1. Previdencial

A composição do saldo em 31 de dezembro de 2011 é conforme segue:

	2011	2010
Pecúlios a pagar - PPM	3.186	2.638
Pecúlios a pagar - AFA	877	525
Pecúlios a Proporcional em Vida - PPV	820	1.134
Pecúlio por Doença - PPA	46	83
Restituições	50	36
Outros	<u>1.612</u>	<u>1.341</u>
Total	<u>6.591</u>	<u>5.757</u>

6.2. Gestão administrativa

	2011	2010
Retenções a Recolher	-	3
Pessoal e Encargos	591	497
Serviços de Terceiros	<u>325</u>	<u>303</u>
Total	<u>916</u>	<u>803</u>

São registradas neste grupo de contas as despesas pagas pelo Fundo Assistencial, referentes às despesas administrativas previdências do PGA.

7. EXIGÍVEL CONTINGENCIAL

Neste grupo estão registrados os prováveis valores de desembolso de processos administrativos e/ou ações judiciais que se encontram em trâmite, aguardando sentença definitiva.

	2011	2010
Investimentos (a)	33.331	32.963
Previdencial (b)	<u>6.659</u>	<u>8.397</u>
Total	<u>39.990</u>	<u>41.360</u>

(a) A Fundação possuía Certificado de Depósito Bancário - CDB no Banco BMD no montante de R\$3.653 em 1998. Com a decretação de liquidação extrajudicial do banco, o valor do título foi contabilizado como perda. A Fundação entrou na justiça contra o Fundo Garantidor de Créditos, para que o mesmo devolvesse o valor do título. Foi concedida liminar a favor da GEAP e os recursos foram depositados na conta corrente da Fundação em 17 de setembro de 2001. Os recursos, entretanto, foram bloqueados por outra liminar, pleiteando a devolução dos mesmos. Como o processo ainda não foi julgado em definitivo, a Fundação registrou em conta Exigível Contingencial do programa de investimentos o montante em disputa, até que haja decisão final quanto à lide.

Adicionalmente, a Fundação possuía aplicações financeiras em Certificados de Depósitos Bancários - CDB no Banco Crefisul S.A, no valor de R\$14.019. Todavia, em 23 de março de 1999, a referida instituição financeira entrou em regime de liquidação extrajudicial. Mediante autorização da justiça, o Fundo Garantidor de Créditos liberou os recursos mediante apresentação de caução junto à Caixa Econômica Federal, pelo mesmo montante.

A Fundação na época caucionou o montante do valor discutido judicialmente em títulos de Renda Fixa (TDA'S e LFT) com diversos vencimentos no futuro. Todos os títulos foram resgatados até o exercício de 2006 e os valores depositados em conta corrente judicial da Caixa Econômica Federal - CEF, sendo o valor atualizado pelo Índice de Poupança, que perfaz o total de R\$29.678 em 31 de dezembro de 2011 (R\$29.308 em 31 de dezembro 2010), contabilizado em Depósito Judicial. A Fundação vem atualizando o valor do depósito judicial e constituindo provisão para perdas de sua totalidade no passivo contingencial.

Em atenção à Instrução MPS/PREVIC Nº 5, de 08 de Setembro de 2011, os valores referentes ao Exigível Contingencial e os seus respectivos depósitos judiciais passaram a ser apresentados separadamente, no ativo e no passivo. Assim sendo, foi realizada reclassificação do Exigível Contingencial para conta de depósito judicial no ativo, na linha de Investimentos.

(b) Neste grupo estão registrados os valores referentes aos contingenciamentos decorrentes de processos/ações cíveis que se encontram em trâmite, classificados com chances de perdas como prováveis.

Abaixo demonstramos a composição dos litígios com prognóstico de perda possível, tendo a Fundação como ré, com exceção dos litígios relativos ao plano de assistência e saúde:

	2011 Valor <u>reclamado</u>	2011 Risco	2010 Risco
Riscos cíveis	<u>9.364</u>	<u>11.317</u>	<u>12.349</u>
Total	<u>9.364</u>	<u>11.317</u>	<u>12.349</u>

A GEAP possui diversos processos cíveis, classificados pela consultoria jurídica com a chance de perdas possíveis, sendo que a maioria das ações ajuizadas contra a Fundação refere-se ao recebimento antecipado do benefício de 80% de Pecúlio por Morte.

8. EXIGÍVEL ATUARIAL

O exigível atuarial é estabelecido e registrado com base em cálculos atuariais. Para a apuração das provisões matemáticas, foram utilizadas as seguintes hipóteses e métodos atuariais:

Plano de Pecúlio Facultativo:

	2011	2010
<u>· Hipóteses financeiras</u>		
Taxa real de juros	5%	5%
Projeção do crescimento real de salário:	0,00%	0,00%
Projeção do crescimento real dos benefícios do plano	0,00%	0,00%
Salários	1	1
<u>· Hipóteses biométricas</u>		
Taxa de mortalidade geral	IAPB57	IAPB58

- Regime financeiro e métodos atuariais
 - Regime de Capitalização (método agregado)

Plano GEAPREV:

	2011	2010
<u>· Hipóteses financeiras</u>		
Taxa real de juros	5%	5%
Projeção do crescimento real de salário:	0,00%	0,00%
Projeção do crescimento real dos benefícios do plano	0,00%	0,00%
Fator de determinação do valor real ao longo do tempo		
Salários	1	1
<u>· Hipóteses biométricas</u>		
Taxa de mortalidade geral	AT 2000	AT 2000

- Regime financeiro e métodos atuariais
 - Regime de Capitalização Financeira

8.1. Provisões Matemáticas

As provisões matemáticas foram determinadas pelo atuário interno, habilitado e contratado pela Fundação. Os saldos são demonstrados conforme segue:

	2011	2010
Benefícios a conceder (a)		
Plano de Pecúlio Facultativo	<u>1.305.544</u>	<u>1.232.335</u>
Benefício Definido Estruturado em		
Regime Capitalização Programado	522.470	504.429
Benefício Definido Estruturado em Regime		
Capitalização Não Programado	783.074	727.906
Plano GEAPrev	<u>15.427</u>	<u>12.108</u>
Saldo de Contas - Parcela Patrocinadora	5.063	3.974
Saldo de Contas - Parcela Participante	<u>10.364</u>	<u>8.134</u>
Total	<u>1.320.972</u>	<u>1.244.443</u>

(a) As provisões de benefícios a conceder referem-se aos valores atuarialmente calculados dos compromissos líquidos correspondentes a benefícios a conceder aos participantes que ainda não estão em gozo dos benefícios.

A movimentação da reserva matemática é a seguinte:

	2011	2010
Saldo em 31 de dezembro de 2010	1.244.443	1.147.870
Variação das Reservas Matemáticas	<u>76.529</u>	<u>96.573</u>
Saldo em 31 de dezembro de 2011	<u>1.320.972</u>	<u>1.244.443</u>

8.2. Equilíbrio Técnico

A movimentação do saldo do equilíbrio técnico acumulado apresenta-se como segue:

	2011	2010
Superávit técnico em 31 de dezembro de 2010	327.111	340.283
Resultado líquido do ano	<u>66.017</u>	<u>(13.172)</u>
Superávit técnico em 31 de dezembro de 2011	<u>393.128</u>	<u>327.111</u>

Conforme Lei Complementar Nº 109, de 29 de maio de 2011, Art. 20 determina que o superávit técnico do plano de benefícios no ano deve ser destinado à formação de reserva para contingência, limitada a 25% (vinte e cinco por cento) das Provisões Matemáticas e o restante à formação de Reserva Especial para Revisão de Plano. A composição do superávit técnico é conforme segue:

	2011	2010
Reserva de contingência	326.386	308.083
Reserva para revisão de plano	<u>66.742</u>	<u>19.028</u>
Total	<u>393.128</u>	<u>327.111</u>

8.3. Fundos

Os fundos são constituídos a partir da ocorrência de resultado positivo entre as receitas e despesas, no caso do fundo do administrativo e assistencial, ou através de cálculos atuariais realizados por atuário interno, no caso dos fundos do programa previdencial e do programa de investimento.

Demonstramos a composição dos Fundos, conforme segue:

	2011	2010
Fundo Previdencial	<u>59.166</u>	<u>55.971</u>
Pecúlio Facultativo (a)	58.390	55.478
GEAPrev (b)	776	493
Fundo Administrativo	<u>3.364</u>	<u>2.959</u>
Total	<u>62.530</u>	<u>58.930</u>

(a) O fundo previdencial para revisão de plano no montante de R\$58.390 em 31 de dezembro de 2011 (R\$55.478 para o exercício de 2010), foi constituído em consonância com a Resolução MPS/CGPC nº 26 de 29 de setembro de 2008.

(b) O montante de R\$ 776 do fundo previdencial do GEAPrev para o exercício de 2011 (R\$493 em 2010) foi constituído para suprimento de eventuais déficits técnicos com benefícios concedidos.

9. PLANO DE GESTÃO ADMINISTRATIVA – PGA

Conforme mencionado na nota explicativa nº 2, o Conselho Deliberativo, conforme RESOLUÇÃO/GEAP/CONDEL nº 461 de 17 de dezembro de 2009, em consonância à Resolução CGPC nº 29, de 31 de agosto de 2009 aprovou a criação do Plano de gestão Administrativa - PGA.

9.1. Receitas

Representam as Contribuições Administrativas (Patrocinadoras e Participantes) transferidos da Gestão Previdencial, recursos transferidos dos Investimentos e reembolso efetuado pela Gestão Assistencial para cobertura dos gastos administrativos, conforme demonstrado a seguir:

		2011	2010
Receitas Administrativas			
Custeio Administrativo Previdencial	(a)	3.784	3.567
Custeio Administrativo de Investimentos	(b)	6.776	6.993
Reembolso da Gestão Assistencial	(c)	159.923	142.331
Outras		=	<u>2</u>
Total		<u>170.483</u>	<u>152.893</u>

Os recursos destinados ao Custeio Administrativo de Investimentos foram suportados pelo Plano Previdencial de Pecúlio Facultativo no montante de R\$6.776 em 31 de dezembro de 2011 (R\$6.993 para o exercício de 2010).

(a) Custeio Administrativo Previdencial

Correspondem às transferências dos planos de benefícios referentes às Contribuições Administrativas efetuadas pelas Patrocinadoras e Participantes. As Patrocinadoras e Participantes contribuíram com 5% sobre suas contribuições.

(b) Custeio Administrativo de Investimentos

São as transferências, efetuadas mensalmente de recursos dos investimentos, correspondentes aos gastos administrativos necessários para gestão dos recursos garantidores dos planos.

(c) Reembolso da Gestão Assistencial

Conforme determina a Resolução CGPC nº 29 de 31 de agosto de 2009 as despesas administrativas de plano de assistência e saúde devem ser auferidas e custeadas integralmente com recursos do próprio plano de assistência e saúde. Desta forma, todos os gastos administrativos da Gestão Assistencial foram reembolsados ao PGA.

9.2. Despesas

As despesas administrativas foram suportadas pelas receitas advindas da Gestão Previdencial, dos recursos dos Investimentos, do reembolso da Gestão Assistencial e quando necessário utilizou-se recursos do Fundo Administrativo aprovado em orçamento. As despesas administrativas específicas foram apropriadas nas respectivas gestões (Previdencial, Assistencial e Investimentos) e os gastos comuns foram rateados proporcionalmente de acordo com as atribuições do pessoal alocado e as horas trabalhadas em cada uma das gestões.

Os percentuais obtidos para alocação das despesas administrativas, durante os exercícios de 2011 e 2010, são como seguem:

	2011		2010	
Despesas Administrativas				
Gestão Previdencial	9.211	5,41%	8.440	5,55%
Gestão Investimentos	1.164	0,68%	1.225	0,81%
Gestão Assistencial	<u>159.923</u>	<u>93,91%</u>	<u>142.331</u>	<u>93,64%</u>
Total	<u>170.298</u>	<u>100,00%</u>	<u>151.996</u>	<u>100,00%</u>

9.3. A composição dos saldos do ativo e passivo por fundo é como segue:

	2011					2010				
	<u>PPF</u>	<u>Plano GEAPrev</u>	<u>PGA</u>	<u>Gestão Assistencial</u>	<u>Consolidado</u>	<u>PPF</u>	<u>Plano GEAPrev</u>	<u>PGA</u>	<u>Gestão Assistencial</u>	<u>Consolidado</u>
Ativo:										
Disponível	22	4	-	-	26	5	4	-	-	9
Gestão previdencial	10.081	4	-	-	10.085	9.553	3	-	-	9.556
Gestão administrativa	-	0	852	-	852	-	-	858	-	858
Investimentos	1.793.542	16.195	2.284	-	1.812.021	1.652.483	12.598	1.750	-	1.666.832
Permanente	-	-	1.143	-	1.143	-	-	1.154	-	1.154
Gestão assistencial	-	-	-	<u>518.888</u>	<u>518.888</u>	-	-	-	<u>494.892</u>	<u>494.892</u>
Total do ativo:	<u>1.803.644</u>	<u>16.203</u>	<u>4.279</u>	<u>518.888</u>	<u>2.343.015</u>	<u>1.662.041</u>	<u>12.605</u>	<u>3.762</u>	<u>494.892</u>	<u>2.173.301</u>
Passivo:										
Gestão previdencial	6.591	-	-	-	6.591	5.753	4	-	-	5.757
Gestão administrativa	-	-	915	-	916	-	-	803	-	803
Investimentos						5				5
Exigível contingencial	39.990	-	-	-	39.990	41.360	-	-	-	41.360
Patrimônio de cobertura do plano	1.698.673	15.427	-	-	1.714.100	1.559.448	12.108	-	-	1.571.554
Fundos	58.390	776	3.364	-	62.530	55.478	493	2.959	-	58.930
Gestão assistencial	-	-	-	<u>518.888</u>	<u>518.888</u>	-	-	-	<u>494.892</u>	<u>494.892</u>
Total do Passivo:	<u>1.803.644</u>	<u>16.203</u>	<u>4.279</u>	<u>518.888</u>	<u>2.343.015</u>	<u>1.662.041</u>	<u>12.605</u>	<u>3.762</u>	<u>494.892</u>	<u>2.173.301</u>

10. GESTÃO ASSISTENCIAL

10.1. Principais práticas contábeis do Plano de Assistência e Saúde

- (a) Ativos e passivos financeiros: São inicialmente mensurados pelo valor justo. Os custos da transação diretamente atribuíveis à aquisição ou emissão de ativos e passivos financeiros

(exceto por ativos e passivos financeiros reconhecidos ao valor justo no resultado) são acrescidos ou deduzidos do valor justo dos ativos ou passivos financeiros, se aplicável, após o reconhecimento inicial. Os custos da transação diretamente atribuíveis à aquisição de ativos e passivos financeiros ao valor justo por meio do resultado são reconhecidos imediatamente no resultado.

a.1) Ativos financeiros

Os ativos financeiros estão classificados nas seguintes categorias específicas: ativos financeiros ao valor justo por meio do resultado e empréstimos e recebíveis. A classificação depende da natureza e finalidade dos ativos financeiros e é determinada na data do reconhecimento inicial.

(i) Ativos financeiros ao valor justo por meio do resultado

Os ativos financeiros são classificados ao valor justo por meio do resultado quando são mantidos para negociação ou designados pelo valor justo por meio do resultado. Um ativo financeiro é classificado como mantido para negociação se for adquirido principalmente para ser vendido a curto prazo. Os ativos financeiros ao valor justo por meio do resultado são demonstrados ao valor justo, e quaisquer ganhos ou perdas resultantes são reconhecidos no resultado.

(ii) Empréstimos e recebíveis

Empréstimos e recebíveis são ativos financeiros não derivativos com pagamentos fixos ou determináveis e que não são cotados em um mercado ativo. Os empréstimos e recebíveis (inclusive valores a receber de clientes) são mensurados pelo valor de custo amortizado utilizando o método de juros efetivos, deduzidos de qualquer perda por redução do valor recuperável

A receita de juros é reconhecida através da aplicação da taxa de juros efetiva, exceto para créditos de curto prazo quando o reconhecimento dos juros seria irrelevante.

(iii) Redução ao valor recuperável de ativos financeiros:

Ativos financeiros, exceto aqueles designados pelo valor justo por meio do resultado, são avaliados por indicadores de redução ao valor recuperável no final de cada período de relatório. As perdas por redução ao valor recuperável são reconhecidas se, e apenas se, houver evidência objetiva da redução ao valor recuperável do ativo financeiro como resultado de um ou mais eventos que tenham ocorrido após seu reconhecimento inicial, com impacto nos fluxos de caixa futuros estimados desse ativo.

Para os ativos financeiros registrados ao valor de custo amortizado, a redução ao valor recuperável é efetuada com base na Instrução Normativa - IN N° 46/2011.

(iv) Baixa de ativos e passivos financeiros:

A GEAP baixa um ativo financeiro, apenas quando os direitos contratuais aos fluxos de caixa provenientes desse ativo expiram, ou transfere o ativo, e substancialmente todos os riscos e benefícios da propriedade para outra empresa. Na baixa de um ativo financeiro em sua totalidade, a diferença entre o valor contábil do ativo e a soma da contrapartida recebida e a receber é reconhecida no resultado.

A baixa de passivos financeiros ocorre somente quando as obrigações da Sociedade são extintas e canceladas ou quando vencem. A diferença entre o valor contábil do passivo financeiro baixado e a contrapartida paga e a pagar é reconhecida no resultado.

a.2) Passivos financeiros

Os passivos financeiros são mensurados pelo valor de custo amortizado utilizando o método de juros efetivos.

- b) Imobilizado: Os bens do imobilizado são demonstrados ao custo de aquisição, líquido de perdas por *impairment*, se aplicável. O custo é deduzido das depreciações calculadas pelo método linear, com base na expectativa de vida útil estimada dos bens por espécie, avaliados pela Administração como adequados e dentro de premissas de mercado (nota explicativa nº 10.2.5). Um item do imobilizado é baixado após alienação ou quando não há benefícios econômicos futuros resultantes do uso contínuo do ativo. Quaisquer ganhos ou perdas na venda ou baixa de um item do imobilizado são determinados pela diferença entre os valores recebidos na venda e o valor contábil do ativo e são reconhecidos no resultado.
- c) Redução ao valor recuperável de ativos: No fim de cada exercício, a GEAP revisa o valor contábil de seus ativos tangíveis para determinar se há alguma indicação de que tais ativos sofreram alguma perda por redução ao valor recuperável. Se houver tal indicação, o montante recuperável do ativo é estimado com a finalidade de mensurar o montante dessa perda, se houver, conforme critérios definidos no CPC 01 (R1) – Redução ao Valor Recuperável de Ativos. A perda por redução ao valor recuperável é reconhecida imediatamente no resultado.
- d) Demais ativos circulantes e não circulantes: São apresentados ao valor de custo ou realização, incluindo, quando aplicável, os rendimentos e as variações monetárias auferidos.
- e) Provisão de Eventos Ocorridos e Não Avisados: Constituída para fazer frente ao pagamento de eventos que já tenham possivelmente ocorrido, mas que não tenham sido registrados na contabilidade em virtude da falta de aviso por parte do prestador de serviço. O Valor dessa provisão é calculada seguindo as orientações da Resolução Normativa ANS nº 209, de 22 de Dezembro de 2009, podendo ser feito o estudo atuarial de metodologia própria para a sua composição.
- f) Provisões: São reconhecidas para obrigações presentes (legal ou presumida) resultante de eventos passados, em que seja possível estimar os valores de forma confiável e cuja liquidação seja provável.
O valor reconhecido como provisão é a melhor estimativa das considerações requeridas para liquidar a obrigação no final de cada período de relatório, considerando-se os riscos e as incertezas relativos à obrigação.
- g) Receitas e Despesas: A geração das receitas advém dos planos de assistência aos beneficiários e do rendimento das aplicações. As receitas são contabilizadas pelo regime de competência, sendo a primeira registrada pró-rata dia em conformidade com o período de cobertura nos casos de faturamento antecipado.
As despesas em sua grande maioria advém dos eventos indenizáveis, ou seja, pela utilização dos planos de assistência por parte dos beneficiários. Há também as despesas administrativas para gerir os planos de assistência. As despesas são contabilizadas pelo regime de competência seguindo a Instrução Normativa – Nº 32, de 14 de setembro de 2009.

10.2. Composição do Saldo de Assistência à Saúde - Ativo e Passivo

ATIVO	2011	2010	PASSIVO	2011	2010
ATIVO CIRCULANTE	<u>463.399</u>	<u>425.602</u>	PASSIVO CIRCULANTE	<u>437.658</u>	<u>307.766</u>
Disponível	207	104	Provisões Técnicas de Op. (iv)	410.206	282.079
Aplicações (i)	137.867	118.481	Débitos de Op. de Assistência	680	1.641
Créditos de Op. de Assistência (ii)	306.014	290.375	Tributos e Contrib. a Recolher	11.931	10.839
Títulos e Créditos a Rec. (iii)	17.235	15.417	Débitos Diversos	14.841	13.207
Outros Valores e Bens	2.076	1.225			
ATIVO NÃO CIRCULANTE	<u>55.489</u>	<u>69.290</u>	PASSIVO NÃO CIRCULANTE (v)	<u>51.336</u>	<u>50.218</u>
			Provisões Técnicas de Operações de Assistência à Saúde	37.808	34.951
Realizável a longo prazo (iii)	37.532	50.637	Provisões	13.528	15.267
Imobilizado	17.957	18.653			
			PATRIMÔNIO SOCIAL	<u>29.894</u>	<u>136.908</u>
TOTAL DO ATIVO	<u>518.888</u>	<u>494.892</u>	TOTAL DO PASSIVO E DO PATRIMÔNIO SOCIAL	<u>518.888</u>	<u>494.892</u>

(i) Aplicações Financeiras

Em 31 de dezembro de 2011, o saldo de aplicações financeiras monta em R\$137.867 (R\$118.481 em 31 de dezembro de 2010). Este montante está integralmente alocado nos fundos BB Renda Fixa LP Dedicado ANS (aberto) e BB Prime 18 FIRF (exclusivo). Os títulos que compõem a carteira de investimento dos referidos fundos estão classificados na categoria "títulos para negociação". Desta forma estão avaliados pelo valor de mercado, sendo suas quotas divulgadas pelas administradoras e os rendimentos são reconhecidos pela variação das quotas deduzidos do imposto de renda. As respectivas carteiras consolidadas estão demonstradas no quadro a seguir:

<u>Títulos</u>	<u>Vencimento</u>	<u>Valor Contábil 2011</u>	<u>Valor Contábil 2010</u>
LFT	2012	10.575	10.199
LFT	2013	7.504	8.368
LFT	2014	19.747	17.833
LFT	2015	9.251	5.523
LFT	2016	10.043	7.494
LFT	2017	11.048	-
LFT	2018	1.004	-
NTN-B	2012	1.307	-
LTN	2011	-	4.857
LTN	2012	926	3.693
LTN	2013	1.160	3.192
LTN	2014	256	-
LTN	2015	929	-
LFT-O	2011	-	46.095
LFT-O	2012	59.790	-
LTN-O	2011	-	11.242
LTN-O	2012	5.336	-
Saldos a pagar /a receber		<u>(1.009)</u>	<u>(15)</u>
Total		<u>137.867</u>	<u>118.481</u>

A Agência Nacional de Saúde Suplementar, em sua Resolução Normativa nº 209 de 22 de dezembro de 2009, determina que as Operadoras de Plano de Saúde garantam financeiramente suas operações. A Fundação possui aplicações vinculadas às suas provisões técnicas no montante de R\$130.829 (R\$99.874 em 2010). O saldo das operações não vinculadas é de R\$7.038 (R\$18.607 em 2010).

(ii) Créditos de Operações com Planos de Assistência à Saúde

	2011	2010
Contraprestação Pecuniária a Receber	<u>241.681</u>	<u>220.983</u>
Convênio a Receber (a)	284.721	262.387
(-) Faturamento Antecipado (b)	(20.770)	(17.994)
(-) Provisão para Perdas Sobre Créditos – PPSC	(22.270)	(23.410)
Outros Créditos de Operações c/ Planos de Assistência à Saúde	<u>64.333</u>	<u>69.392</u>
Participação dos Beneficiários em eventos Indenizáveis (c)	80.678	88.650
(-) Provisão para Perdas Sobre Créditos – PPSC	(19.521)	(20.553)
Outros	<u>3.176</u>	<u>1.295</u>
Total	<u>306.014</u>	<u>290.375</u>

(a) Convênios a Receber

Refere-se aos valores a receber pela prestação de serviço da Fundação em planos de assistência, medico hospitalar e odontológica, valores estes devidos pelas patrocinadoras e pelos

participantes. As provisões são reconhecidas para os créditos dos títulos de cobrança em aberto há mais de 90 dias.

(b) Faturamento antecipado:

São valores cobrados anteriores ao período de cobertura do beneficiário sendo registrado como redução de receita, por se tratar de uma obrigação antecipada com o beneficiário.

(c) Participação dos Beneficiários em Eventos Indenizáveis:

São valores a receber dos beneficiários a título de co-participação em determinados procedimentos realizados, conforme previsto nos regulamentos dos planos de saúde, sendo esses valores cobrados mensalmente junto à mensalidade do plano, tendo um teto máximo de cobrança mensal o valor de 10% do valor do salário do participante. Estes valores são atualizados mensalmente pelo INPC. Em função do prazo para recebimento destes ativos, a Fundação possui em 31 de dezembro de 2011 provisão para realização destes ativos no montante de R\$19.521 (R\$20.553 em 31 de dezembro de 2010).

(iii) Títulos de créditos a receber

		2011	2010
Processo INAMPS 93.0004928-3 (Principal) – Curto Prazo	(a)	3.962	3.962
Processo INAMPS 93.0004928-3 (Encargos) – Curto Prazo	(a)	13.235	11.440
Contribuição Ministério da Saúde - Principal	(b)	-	1.486.309
(-) Provisão para perdas - Contribuição Patrocinadora	(b)	-	(1.486.309)
Processo INAMPS 93.0004928-3 (Principal) – Longo Prazo	(a)	7.923	11.884
Processo INAMPS 93.0004928-3 (Encargos) – Longo Prazo	(a)	26.471	121.661
(-) Provisão para perdas - Contribuição Patrocinadora	(a)	-	(86.517)
Outros		<u>38</u>	<u>15</u>
Total		<u>51.629</u>	<u>62.445</u>
Curto prazo		17.235	15.417
Longo prazo		34.394	47.028

- (a) São registrados nessa conta os créditos tributários e demais direitos inerentes à atividade da operadora. Refere-se aos encargos incidentes sobre as contribuições pagas em atraso da patrocinadora ex-INAMPS no período de 1990 até 1993. O processo foi transitado em julgado em março de 2004, a favor da Fundação. A GEAP fez a execução de títulos sendo que a União está pagando em 10 parcelas anuais, através de precatórios. No exercício de 2011, foi recebida a 7ª parcela no valor R\$16.506, restando assim, três parcelas para a quitação do processo. No circulante encontra-se contabilizada a parcela a ser recebida no exercício de 2012, sendo as duas parcelas restantes contabilizadas no longo prazo. Os valores das parcelas são atualizadas pela variação do IPCA-E, cuja receita em 2011 de atualização é R\$14.898, sendo de R\$1.836 (curto prazo) e R\$13.062 (longo prazo), e sua contra partida reconhecida na como receita financeira por recebimento em atraso.
- (b) A Entidade reclama judicialmente valores de créditos a receber de suas Patrocinadoras referentes à diferenças de contribuições e encargos sobre repasses efetuados em atraso que em 31 de dezembro de 2010 montavam em R\$1.486.309.

Tais valores estavam provisionados no Ativo da Fundação, com suas consequentes provisões. No decorrer do ano de 2011, alguns desses processos foram julgados em definitivo, apresentando decisões desfavoráveis à Fundação. Baseada neste fato e ainda tendo em vista o CPC 25 – Provisões, Passivos Contingentes e Ativos Contingentes, onde versa que a entidade não deve reconhecer um ativo contingente, a Administração deliberou pelo estorno destes valores de seu Ativo Contingencial.

(iv) Provisões Técnicas de Operações de Assistência à Saúde

	2011	2010
Provisão de Eventos / Sinistros a Liquidar (a)	239.034	138.385
Provisão de Eventos / Sinistros Ocorridos e Não Avisados (d.2)	<u>171.172</u>	<u>143.694</u>
Total	<u>410.206</u>	<u>282.079</u>

(a) Os valores dos eventos indenizáveis são registrados na data em que o prestador entra em contato com a operadora, em conformidade a Resolução Normativa nº 209 da ANS, de dezembro de 2009, Resolução Normativa – RN Nº 227, de 19 de agosto de 2010 e Resolução Normativa – RN Nº 278, de 17 de novembro de 2011.

(b) São registrados os valores de provisão dos eventos indenizáveis que não foram avisados pelos prestadores, porém já ocorreram.

(v) Exigível à Longo Prazo

	2011	2010
Provisão de Eventos a Liquidar - SUS (a)	37.808	34.950
Provisão para riscos cíveis e trabalhistas (b)		
Cíveis	12.899	14.823
Trabalhistas	<u>629</u>	<u>445</u>
Total	<u>51.336</u>	<u>50.218</u>

(a) Provisão de Eventos a Liquidar – SUS

Nesta conta são registrados os valores de provisão de ressarcimento ao SUS, referente às despesas assistenciais de beneficiários atendidos pelo SUS, esses valores são registrados na contabilidade através dos Avisos de Beneficiários Identificados – ABI.

(b) Provisão para riscos cíveis e trabalhistas

Neste grupo estão registrados os valores referentes aos contingenciamentos, decorrentes de processos administrativos e/ou ações judiciais que se encontram em trâmite, aguardando sentença definitiva.

A Fundação reconhece a provisão apenas para os processos cuja probabilidade de perda financeira é considerada provável.

A movimentação das provisões para riscos cíveis e trabalhistas para o exercício findo em 31 de dezembro de 2011 é conforme segue:

	Cíveis	Trabalhistas	Total
Saldo inicial	14.822	445	15.267
Adições	9.479	1.809	11.288
Pagamentos	(8.222)	(1.545)	(9.767)
Reversões	<u>(3.180)</u>	<u>(80)</u>	<u>(3.260)</u>
Saldo Final	<u>12.899</u>	<u>629</u>	<u>13.528</u>

Abaixo demonstramos a composição dos litígios relativos ao Plano de Assistência e Saúde, tendo a Entidade como ré, e os respectivos riscos financeiros associados aos prognósticos de perda.

	2011		2010
	Valor da Causa	Valor do Risco	Valor do Risco
Riscos trabalhistas	1.119	2.405	1.818
Riscos cíveis	68.065	86.512	78.095
Riscos fiscais	<u>84.641</u>	<u>12.187</u>	<u>12.174</u>
Total	<u>153.825</u>	<u>101.104</u>	<u>92.087</u>

Os principais litígios classificados com prognóstico de perda possível são:

-Processo nº 97001097942-3, com valor estimado R\$20.771 (R\$19.680 em 2010) - Trata-se de ação civil ordinária ajuizada pela Clínica Nossa Senhora de Lourdes, na Justiça Estadual do Rio de Janeiro, na qual pleiteiam supostas diferenças glosadas pela GEAP, referentes às guias de atendimento médico, no período compreendido entre junho de 1993 e dezembro de 1996, acrescidas de multa contratual, juros moratórios, danos morais e materiais.

-Processo nº 200434000017553-1, com valor estimado R\$11.882 (R\$11.258 em 2010) - Trata-se de uma ação tributária com exigência de PIS no período de janeiro de 1996 a dezembro de 2000, alicerçada no alargamento da base de tributação de faturamento para receitas, somente assim atingindo as Entidades Fechadas de Previdência Complementar. Inconstitucionalidade do art.3º, §1º da Lei nº 9.718/98.

-Processo nº 002407447141-8, com valor estimado de R\$ 3.591 (R\$3.402 em 2010) - Trata-se de ação civil ordinária ajuizada pela Angela Maria Martins Galvão e outros, na Justiça Estadual de Minas Gerais, na qual pleiteia indenização por erro médico.

-Processo nº 52128-6620108090051, com valor estimado de R\$ 2.111 (R\$2.000 em 2010) - Trata-se de ação civil ordinária ajuizada pelo Instituto de Defesa Do Consumidor e Contribuinte,

na Justiça Estadual de Goiás, na qual pleiteia indenização por aumento de cobrança de contribuição dos planos de saúde.

-Processo nº 48090110213, com valor estimado de R\$ 1.055 (R\$1.000 em 2010) - Trata-se de ação civil ordinária ajuizada por João da Cruz Silvestre e Outros, na Justiça Estadual de Espírito Santo, na qual pleiteia indenização por erro médico.

-A Fundação é parte em outros 2.443 processos cíveis (2.400 em 2010), classificados como risco de perda possível, com pleitos diversos, os quais são controlados e monitorados pela Administração analiticamente. A Administração, com base na opinião de seus consultores jurídicos, entende que o prognóstico de perda nestes processos é possível.

Mandado de segurança nº 25855:

Encontra-se em tramitação no Supremo Tribunal Federal o mandado de segurança nº 25855, impetrado em 23 de fevereiro de 2006 pela FENASPS - Federação Nacional dos Sindicatos de Trabalhadores em Saúde, Trabalho e Previdência Social e outras entidades representativas dos servidores públicos federais, cujo objeto é o acórdão nº 458/2004, editado pelo TCU. O referido acórdão limitou a possibilidade da GEAP firmar convênio de assistência à saúde, apenas aos seus instituidores (Ministério da Saúde, Ministério da Previdência, INSS, Ministério do Trabalho e DATRAPREV), isto é, pretendeu o TCU limitar a possibilidade da GEAP conveniar com os outros órgãos apresentados na nota explicativa nº 1, tendo em vista que no entendimento do TCU para a continuidade dos demais convênios deveria a GEAP participar de licitação.

Diante dessa realidade a FENASPS e outras Entidades de Classe ajuizaram o mandado de segurança no STF com o intuito de garantir a assistência à saúde dos servidores públicos federais e, por consequência, viabilizar a continuidade dos demais convênios firmados pela GEAP.

O processo encontra-se em julgamento, estando o resultado de momento em 4 votos favoráveis ao entendimento do TCU e 3 votos favoráveis a tese defendida pela Entidades. Entretanto, permanecem incólumes os efeitos da liminar deferida pelo Ministro relator – Ayres Britto – o que permite à GEAP a continuidade de faturamento dos convênios enquanto a referida decisão vigorar. Até o momento os autos permanecem sem decisão final, faltando os votos de seis Ministros.

Caso o processo tenha um desfecho desfavorável, a Fundação estará impedida de atuar como operadora de saúde dos órgãos apresentados na nota explicativa nº 1, com exceção de seus instituidores.

Segregação das operações de previdência e assistência a saúde:

Atualmente, a GEAP opera os segmentos de previdência e assistência à saúde sobre o mesmo Cadastro Nacional de Pessoa Jurídica – CNPJ, sendo ambos regulados por órgãos diferentes do governo, a saber: Agência Nacional de Saúde Suplementar - ANS e Superintendência Nacional de Previdência Complementar – PREVIC, a qual, por meio do Ofício nº 180/CGTR/DITEC/PREVIC, de 23 de janeiro de 2012, comunicou a GEAP a concessão de prazo adicional até 30 de maio de 2012, para criação e implantação da GEAPPREVIDÊNCIA. A efetivação do processo encontra-se em amplo debate no âmbito da Fundação com a participação de seus Conselhos e Patrocinadoras.

(c) Patrimônio Social

Constituído de acordo com o regulamento do Plano de Assistência e Saúde, destina-se à manutenção do seu equilíbrio, objetivando cobertura das oscilações de custos e subsídio ao aposentado e é apurado pelo resultado positivo ou negativo entre as receitas e despesas da GEAP, acrescido da remuneração das aplicações financeiras.

10.3. Demonstração do resultado – Plano de Assistência e Saúde

Demonstração do resultado do exercício	2011	2012
Contraprestações Efetivas Ganhos de Plano de Assistência e Saúde	1.442.075	1.415.503
Eventos Indenizáveis Líquidos	<u>(1.370.741)</u>	<u>(1.237.622)</u>
Resultado das operações relacionadas ao plano de saúde	71.334	177.881
Outras despesas não relacionadas a planos de saúde	<u>(1.242)</u>	-
Resultado bruto	70.092	177.881
Despesas operacionais	(218.860)	(299.390)
Resultado Financeiro Líquido	41.761	118.916
Resultado patrimonial	<u>(7)</u>	<u>46</u>
Déficit líquido	<u>(107.014)</u>	<u>(2.547)</u>

Conforme mencionado na nota explicativa nº 1, o Conselho Deliberativo aprovou na reunião realizado em 29 de fevereiro de 2012, o novo modelo de custeio para os titulares e dependentes dos planos assistenciais e acredita que as medidas adotadas serão suficientes para reverter a situação de déficit apresentada no Plano de Assistência e Saúde nos últimos exercícios, sem comprometer sua liquidez e níveis atuais de solvência.

10.4. Remuneração do Pessoal Chave da Administração

As despesas com pessoas chaves da administração foram como segue:

	2011	2010
Salários, Encargos e Benefícios	2.392	2.219
Plano de Previdência (Parte Empresa)	29	42
Seguro de Vida (Parte Empresa)	1	2
Plano de saúde (Parte Empresa)	8	10
Diárias	<u>171</u>	<u>151</u>
TOTAL	<u>2.601</u>	<u>2.424</u>

A remuneração foi aprovada pelo Conselho Deliberativo conforme RESOLUÇÃO/GEAP/CONDEL Nº 517, de 27 de janeiro de 2011, que contempla o acordo coletivo com os salários dos Diretores e os benefícios e as diárias pelo Manual de Procedimentos Gerais MPG/NTG -008/11.

10.5. Instrumentos Financeiros

A Fundação está exposta a diversos riscos inerentes à natureza de suas operações relacionadas ao plano de assistência. Dentre os principais fatores de risco que podem afetar as operações de saúde na Entidade, destacam-se:

- a) Riscos de taxas de juros: A Fundação está exposta a riscos relacionados a taxas de juros em função de suas aplicações em renda fixa (ver nota explicativa nº 4.1).
- b) Risco de crédito: O risco de crédito está associado à possibilidade do não recebimento de valores faturados aos seus participantes ou patrocinadores, sendo este atenuado pela cobrança a uma base pulverizada e pela possibilidade legal de interrupção do atendimento aos beneficiários de planos de saúde após determinado período de inadimplência. A Entidade também está sujeita a risco de crédito associado às suas aplicações financeiras. Esse risco é atenuado pela restrição de suas operações a instituições financeiras consideradas de primeira linha pelo mercado e concentração das aplicações em títulos públicos de renda fixa. Adicionalmente há o risco de crédito para os créditos relativos a operações com planos de saúde e títulos e créditos a receber, cuja provisão para fazer face a este risco esta demonstrada na nota explicativa nº 4.2 e 4.3.
- c) Risco operacional: o risco operacional é definido como a possibilidade de ocorrência de perda resultante de processos internos, pessoas e sistemas inadequados ou falhos e de eventos externos que ocasionem ou não a interrupção de negócios.

O gerenciamento do risco operacional acompanha a alteração nos cenários de exposição a riscos a que a Fundação está sujeita, refletindo o ambiente de suas operações e os compromissos com os resultados que a Entidade tem para com os participantes, funcionários, órgãos reguladores e Sociedade. A Entidade monitora os riscos operacionais através do procedimento de auto-avaliação de riscos e controles, atualizado anualmente.

A Fundação participa em operações envolvendo instrumentos financeiros que se destinam a atender as necessidades próprias. Os valores apresentados como ativos e passivos financeiros são assim demonstrados por categoria:

	2011	2010
<u>Ativos financeiros</u>		
Disponível	207	104
Ativos financeiros ao valor justo por meio do resultado	<u>137.867</u>	<u>118.481</u>
Aplicações financeiras	137.867	118.481
Recebíveis mensurados ao custo amortizado (*)	<u>357.643</u>	<u>352.820</u>
Contraprestação Pecuniária/ Prêmio a Receber	241.681	220.983
Outros Créditos de Operações com Planos de Assistência à Saúde	64.333	69.392
Títulos e créditos a receber (circulante e não circulante)	51.629	62.445
<u>Passivos financeiros ao custo amortizado (*)</u>	<u>2.810</u>	<u>1.854</u>
Fornecedores	2.810	1.854

10.6. Coberturas de Seguros

A Fundação adota política de seguros que considera, principalmente, a concentração de riscos e sua relevância. As coberturas são estendidas a todos os imóveis de suas gerências regionais e de sua sede administrativa, com valor de sinistro limitado a R\$3.060, o que é considerado suficientes para cobrir eventuais sinistros, considerando a natureza de suas atividades.

11. APROVAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

As demonstrações financeiras foram aprovadas e autorizadas para publicação pela Diretoria Executiva em 02 de março de 2012

CARLOS CÉLIO DE ANDRADE SANTOS
Diretor Executivo
CPF: 317.207.141-34

MARCO ANTÔNIO MARTINS GARCIA
Diretor de Finanças
CPF: 289.278.851-04

ANTONIO DA PAZ CARNEIRO
Gerente de Contabilidade
CPF: 296.139.901-78
CRC: 10.279/DF

GEAP - Fundação de Seguridade Social

*Demonstrações Financeiras para o Exercício
Findo em 31 de Dezembro de 2011 e
Relatório dos Auditores Independentes*

Deloitte Touche Tohmatsu Auditores Independentes

RELATÓRIO DOS AUDITORES INDEPENDENTES

Aos
Administradores e às Patrocinadoras da
GEAP - Fundação de Seguridade Social
Brasília – DF

Examinamos as demonstrações financeiras da GEAP - Fundação de Seguridade Social (“Fundação”), que compreendem o balanço patrimonial consolidado em 31 de dezembro de 2011 e as respectivas demonstrações consolidadas das mutações do patrimônio social e do plano de gestão administrativa, bem como as demonstrações individuais por plano de benefício do ativo líquido, da mutação do ativo líquido e das obrigações atuariais para o exercício findo naquela data, assim como o resumo das principais práticas contábeis e demais notas explicativas.

Responsabilidade da Administração sobre as demonstrações financeiras

A Administração da Fundação é responsável pela elaboração e adequada apresentação dessas demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis a entidades reguladas pela Superintendência Nacional de Previdência Complementar - PREVIC, e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Responsabilidade dos auditores independentes

Nossa responsabilidade é a de expressar uma opinião sobre essas demonstrações financeiras com base em nossa auditoria, conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Essas normas requerem o cumprimento de exigências éticas pelos

auditores e que a auditoria seja planejada e executada com o objetivo de obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras estão livres de distorção relevante.

Uma auditoria envolve a execução de procedimentos selecionados para obtenção de evidência a respeito dos valores e divulgações apresentados nas demonstrações financeiras consolidadas e individuais por plano de benefício. Os procedimentos selecionados dependem do julgamento do auditor, incluindo a avaliação dos riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras, independentemente se causada por fraude ou erro. Nessa avaliação de riscos, o auditor considera os controles internos relevantes para a elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras da Fundação para planejar os procedimentos de auditoria que são apropriados nas circunstâncias, mas não para fins de expressar uma opinião sobre a eficácia desses seus controles internos. Uma auditoria inclui, também, a avaliação da adequação das práticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis feitas pela Administração, bem como a avaliação da apresentação das demonstrações financeiras tomadas em conjunto.

Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião com ressalva.

Base para opinião com ressalva

Conforme mencionado na nota explicativa nº4.3.b às demonstrações financeiras, a Fundação possuía, em 31 de dezembro de 2010, aplicações em fundos de investimento em direitos creditórios, para os quais o seu Administrador informou que foram identificadas divergências nas suas carteiras analíticas de valores a receber que não nos permitiram concluir, naquele exercício, sobre a elaboração das demonstrações financeiras daqueles fundos, bem como sobre a avaliação de eventuais provisões para perdas sobre aquele investimento. Para o exercício findo em 31 de dezembro de 2011, após a conclusão da auditoria independente dos fundos de investimento relativa ao exercício findo em 31 de agosto de 2010, ocorrida em setembro de 2011, os valores das quotas do fundo foram recalculados pelo seu Administrador, ocasionando provisionamento adicional de R\$ 15.997 mil que, face aos eventos mencionados acima, deveria ter sido reconhecido nas demonstrações financeiras da Fundação em 2010. Consequentemente, o patrimônio social, apresentado no balanço patrimonial consolidado e na demonstração da mutação do ativo líquido do Plano de Pecúlio Facultativo, as provisões matemáticas e o superávit técnico, apresentados na demonstração da mutação do ativo líquido e do ativo líquido do Plano de Pecúlio Facultativo para o exercício de 2011 estão diminuídos e para o exercício de 2010 estão aumentados em R\$15.997 mil.

Opinião

Em nossa opinião, exceto quanto aos efeitos do assunto mencionado no parágrafo “base para opinião com ressalva”, as demonstrações financeiras consolidadas e individuais por plano de benefício acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira consolidada da GEAP - Fundação de Seguridade Social e individual por plano de benefício em 31 de dezembro de 2011 e o desempenho consolidado e por plano de benefício de suas operações para o exercício findo naquela data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis às entidades reguladas pela Superintendência Nacional de Previdência Complementar - PREVIC.

Ênfases

Déficits Acumulados - Plano de Assistência e Saúde

Chamamos à atenção às notas explicativas nºs 1 e 10.3 às demonstrações financeiras, que mencionam que, tendo em vista os déficits acumulados nos últimos exercícios pelo plano assistencial gerido pela Fundação, denominado Plano de Assistência e Saúde - PAS, a Administração vem tomando uma série de medidas visando a adequação de sua estrutura operacional e financeira aos patamares considerados adequados para fazer face às suas atividades, que incluem estudos técnicos atuariais para definição do novo modelo de custeio do plano assistencial e planejamento estratégico para os próximos exercícios. Com essas medidas, a Administração da Fundação espera reverter a situação de déficits apresentados no PAS, sem comprometer sua liquidez e níveis atuais de solvência.

Mandado de Segurança - convênios de assistência à saúde

Chamamos à atenção à nota explicativa nº 10.2 (v) às demonstrações financeiras, que menciona que a Fundação é parte em mandado de segurança que questiona a adesão das suas patrocinadoras atuais, exceto suas instituidoras nominadas na nota explicativa nº1 às demonstrações financeiras, ao Plano de Assistência e Saúde - PAS, sem que houvesse processo licitatório formalizando a adesão das referidas patrocinadoras. A continuidade destas patrocinadoras ao PAS, bem como da receita proveniente das mesmas, dos custos relativos aos seus beneficiários e eventuais reflexos nas demonstrações financeiras consolidadas da Fundação, dependerão do desfecho deste processo judicial. Nossa opinião não está ressalvada em função desse assunto.

Segregação dos planos de previdência e assistência

Chamamos à atenção à nota explicativa nº 10.2 (v) às demonstrações financeiras, que menciona que a Superintendência Nacional de Previdência Complementar - PREVIC comunicou à Fundação, em 23 de janeiro de 2012, através do Ofício nº180/CGTR/DITEC/PREVIC para proceder a segregação dos planos de previdência e assistência complementar em entidades jurídicas separadas, com efetivação até 30 de maio de 2012. Nossa opinião não está ressalvada em função desse assunto.

Reclassificação de títulos e valores mobiliários - Plano de Pecúlio Facultativo

Chamamos à atenção para a nota explicativa nº4.3.a às demonstrações financeiras, sobre a reclassificação de títulos e valores mobiliários da categoria “mantidos até o vencimento” para a categoria “para negociação”, efetuada no Plano de Pecúlio Facultativo, em face de projeções de cenários econômicos para os próximos anos, que indicam taxas de juros decrescentes, e do ganho de R\$73.728 mil, correspondente à precificação a valores de mercado, registrado no resultado do exercício findo em 31 de dezembro de 2011. Nossa opinião não está ressalvada em função desse assunto.

Outros assuntos

Auditoria dos valores correspondentes às demonstrações financeiras consolidadas referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2010

Os valores correspondentes às demonstrações financeiras consolidadas referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2010, apresentados para fins de comparação, foram por

nós examinados, e emitimos relatório de auditoria em 31 de março de 2011, contendo ressalva com relação ao assunto mencionado no parágrafo “base para opinião com ressalva”. Os procedimentos de auditoria referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2010 foram planejados e executados para permitir a emissão de um relatório de auditoria sobre a posição consolidada da Fundação, e não sobre as informações individuais por plano de benefício previdencial; portanto, não expressamos nenhuma opinião sobre as demonstrações financeiras individuais por plano de benefício previdencial naquele exercício.

Belo Horizonte, 12 de março de 2012.

DELOITTE TOUCHE TOHMATSU
Auditores Independentes
CRC-2 SP 011609/O-8 “F” MG

Gilberto Bizerra de Souza
Contador
CRC nº1 RJ 076328/O-2 “S”
DF

Referência: Cálculo Atuarial Plano de Pecúlio Facultativo
Interessado: Gerência de Contabilidade – GECONT

PARECER Nº 001/2012

Parecer Atuarial do Plano
de Pecúlio Facultativo.

O PPF Plano de Pecúlio Facultativo - CNPB nº. 19.900.011-65 - é de modalidade Benefício Definido e recebe contribuições apenas do participante, não havendo contraparte do patrocinador. O Pecúlio Por Morte, seu benefício principal, é calculado em função do salário do participante e de um multiplicador que varia entre múltiplos de 10 entre 10 e 100.

A contribuição média do participante de 3,65% da folha de salários, reduzida em 10%, e é próxima ao percentual do Custo Normal, 3,59%, conforme indicado na avaliação atuarial, motivo pelo qual indicamos sua manutenção.

A despesa administrativa do PPF estimada em R\$ 1.077.858,83 ao mês tem como fonte de custeio 5% das contribuições, complementada pela rentabilidade dos investimentos até o referido valor.

A rentabilidade nominal acumulada de janeiro a dezembro de 2010 do PPF foi 10,66%, não superando a meta atuarial de INPC + 5%, que totalizou 11,38%, de acordo com informações da Gerência de Investimentos – GEINV,

As informações cadastrais posicionadas em 31/12/2011 foram consideradas consistentes e serviram de base à avaliação atuarial de 31/12/2011, que utilizou as seguintes hipóteses:

- juros reais anuais: 5%;
- projeção de crescimento real de salários e benefícios: 0,00%.
- tábua de mortalidade: GKM 1970;

- fator de determinação de salários e benefícios: 1,00;

Resultado apurado em 31/12/2009, 31/12/2010 e 31/12/2011.

	31/12/2009	31/12/2010	31/12/2011
Ativo líquido	R\$1.479.499.823,08	R\$ 1.614.924.247,56	R\$ 1.757.062.156,70
Reservas matemáticas	R\$1.139.217.402,04	R\$ 1.232.334.712,20	R\$ 1.305.543.979,09
Superávit técnico	R\$ 340.282.421,04	R\$ 327.111.464,83	R\$ 393.128.136,81
Reserva de Contingência	R\$ 284.804.350,51	R\$ 308.083.678,05	R\$ 326.385.994,78
Fundo Administrativo	R\$ 1.920.702,08	R\$ 2.958.781,33	R\$ 3.364.439,45
Reserva Especial	R\$55.478.070,53	R\$ 19.027.786,78	R\$ 66.742.142,03
Fundo Revisão de Plano	-	R\$ 55.478.070,53	R\$ 58.390.040,80

A constituição do Fundo Previdencial – Revisão de Plano de R\$ 55.478.070,53, em 31/12/2010, decorre da redução de 10% nas contribuições ocorridas em maio de 2010, em consonância com a Resolução CGPC nº 26, de 29 de setembro de 2008.

Este é o nosso parecer.

Brasília, 01 de março de 2012

ADILSON MORAES DA COSTA
Atuário MIBA 1.032 – MTE/RJ

PARECER DO CONSELHO FISCAL SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS E GESTÃO DE 2011

Em conformidade com o Parágrafo 4º Art. 23 do Estatuto da GEAP - Fundação de Seguridade Social, consoante ao que estabelece a letra “j”, do item 17, do Anexo “C”, da Resolução do Conselho Nacional de Previdência Complementar (CNPB) nº 08, de 31 de outubro de 2011, este Conselho apreciou as Demonstrações Contábeis Consolidadas e Individuais por Plano de Benefícios Previdenciários e do Plano Assistencial (saúde) do exercício financeiro de 2011, consubstanciado pelo Parecer do Atuário Adilson Moraes da Costa, MIBA 1.032-MTE/RJ, responsável técnico pelos Planos de Benefícios Previdenciários e Assistencial (Saúde) da GEAP, assim como pelo Relatório/Parecer da Auditoria Independente referentes aos Planos Previdenciários e Plano Assistencial (saúde) emitido pela Empresa Deloitte Touche Tohmatsu. Diante das análises efetuadas recomenda ao Conselho Deliberativo aprovar as Demonstrações Contábeis, considerando as seguintes ênfases:

PLANOS PREVIDENCIÁRIOS:

1) CRIAÇÃO DA GEAP PREVIDÊNCIA: O Conselho Fiscal aponta discordância em relação à ênfase “Segregação dos Planos de Previdência e Assistência”, disposta no Parecer da Auditoria, que cita: “proceder” a cisão de pessoa jurídica administradora dos planos previdenciários e assistencial, em divergência ao disposto na Nota Explicativa 10.2 que relata o posicionamento à PREVIC conforme Ofício no 180/CGTR/DITEC/PREVIC que concede o prazo adicional solicitado pela GEAP para envio dos documentos necessários à operacionalização da nova Entidade, considerando que tal processo encontra-se em discussão interna no âmbito desta Fundação.

2) FIDC’S: em relação aos valores de perda das aplicações realizadas no FIDC’s Union National e ECO Multi Commodities, este Conselho Fiscal faz ênfase em relação à situação de recuperação e provisão para perdas das aplicações citada, em discordância à ressalva disposta no Parecer da Auditoria Independente, tendo em vista, que os valores citados somente foram identificados e reconhecidos em 2011 pela Auditoria dos FIDC’s não podendo ser registrado em 2010. De acordo com os procedimentos contábeis, conforme estabelece a regra contida na IN/SPC 34/2009, o registro se dá pelo valor da quota líquida (valor da quota bruta, descontado os provisionamentos e as despesas), situações verificadas nos exercícios de 2010 e 2011. Os efeitos mutacionais no patrimônio e no resultado foram aqueles contidos nas informações que no momento do registro contábil estava à disposição da GEAP. Por se tratar de Fundo de Investimento Não Exclusivo, a Entidade não tem gestão direta sobre o mesmo, assim não teria como determinar valores de provisões, competência do administrador do fundo, bem como gerência sobre a auditoria do fundo a qual somente concluiu os seus trabalhos em setembro de 2011, portanto não teria como o ajuste do registro ter sido feito em 2010. A Diretoria está adotando procedimentos para recuperação das perdas ocasionadas e apuração de responsabilidades, conforme recomendado por este Conselho Fiscal.

3) RECLASSIFICAÇÃO DOS TÍTULOS: ratificamos a ênfase conforme disposto no Parecer do Auditor Independente, acerca da reclassificação dos títulos dos Planos Previdenciários e Plano de Gestão Administrativa.

PLANO ASSISTENCIAL:

1) DÉFICIT DO PLANO ASSISTENCIAL E REDUÇÃO DO PATRIMÔNIO SOCIAL: ratificamos a ênfase conforme disposto no Parecer do Auditor Independente, acerca do déficit e a significativa redução do Patrimônio Social do Plano, ocorridos em 2011.

2) MANDADO DE SEGURANÇA: ratificamos a ênfase sobre o mandado de segurança que questiona a adesão das suas patrocinadoras atuais, exceto as Instituidoras. Tal situação coloca em risco a continuidade do modelo atual de gestão do Plano Assistencial.

Brasília/DF, 23 de março de 2012.

DEJAIR ANTONIO DE LIMA

Presidente do Conselho Fiscal

LEONILDE SILVA

Conselheira Fiscal

SUELY MARIA DE JESUS

Conselheiro Fiscal

JOSÉ ROBERTO DE OLIVEIRA

Conselheiro Fiscal

Conselho Deliberativo

MANIFESTAÇÃO DO CONSELHO DELIBERATIVO

O Conselho Deliberativo da GEAP - Fundação de Seguridade Social, em cumprimento ao disposto no inciso X do artigo 19 do Estatuto da GEAP/FSS e considerando o Parecer dos Auditores Independentes, os Pareceres Atuariais o Parecer do Conselho Fiscal da GEAP/FSS, aprovou as Demonstrações Contábeis do exercício 2011.

Brasília, 27 de março de 2012

Raquel Marshall Gadea

Presidente do Conselho
Deliberativo

Eloá Cathi Lôr - MS

Conselheira

Lucas Thadeu Pereira da
Gama Alves - MT

Conselheiro

Maria Leide Câmara de Oliveira - INSS

Conselheira

Robson de Souza
Andrade – MT

Conselheiro

Valmir Braz de Souza - MS

Conselheiro
